

Eugénio Francisco dos Santos<sup>1</sup>

## José Bonifácio revisitado: o universitário e o militar

R E S U M O

*Há uma literatura abundante sobre o Patriarca da Independência do Brasil, sobretudo no hemisfério que o viu nascer. O seu projecto político e a acção múltipla que levou a cabo após a proclamação da autonomia da antiga terra de Santa Cruz motivaram numerosas abordagens à sua personalidade e obra, designadamente por parte dos seus compatriotas. Apesar disso, tem sido secundarizada a sua brilhantíssima carreira, quer como académico e técnico de minas, quer como alto funcionário da monarquia do regente D. João e também como patriota, enfrentando os franceses de armas na mão, a partir de 1808. Nesta abordagem sobressai o universitário coimbrão, sempre atento e empenhado, o militar (tenente coronel de estado maior) e o intendente da polícia do Porto, embora em curto espaço de tempo.*

### 1. Formação, cargos, sociabilidades

No firmamento do universo luso-brasileiro dos finais de Setecentos e das primeiras décadas do séc. XIX, brilharam algumas estrelas de primeira grandeza, daquelas que têm o condão de marcar etapas decisivas no destino dos povos e que constituem o seu património espiritual mais valioso e perene. Num período em que, a duzentos anos de distância, evocamos nomes e acontecimentos relevantes de uma história comum, alguns destes se nos impõem como pilares desse universo que culminou na transição do absolutismo régio para o reformismo ou, se preferirmos, da monarquia absoluta para o constitucionalismo liberal<sup>2</sup>. Alguns mereceram já estudos notáveis recentes<sup>3</sup>, enquanto outros, apesar de muitas abordagens, em tempos diferentes,

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> No Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, reunido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em Setembro de 2005, lançou-se um apelo a que se organizasse uma espécie de dicionário de figuras ilustres do espaço cultural luso-brasileiro dessa época, a fim de que a camada média da sociedade de ambos universos culturais tivesse acesso fácil ao pensamento e à acção das elites de outrora. Quem, por exemplo, nos inícios de Oitocentos preferia aliar-se e optar pela influência britânica, em detrimento da francesa? E porquê? Que ideias e valores norteavam a acção dos governadores, dos proprietários, dos administradores, dos militares, dos eclesiásticos e dos homens de ciência dos finais do século das luzes e do período da implantação do liberalismo?

<sup>3</sup> Veja-se, por ex., o notável trabalho de André Mansuy-Dinis da Silva, *Portrait d'un homme d'État D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares. 1755-1812. I Les années de formation. 1755-1796*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian. Lisbonne, Paris, 2002 e, II, *L'homme d'État*. Paris, 2006.

nada perdem em voltar repetidamente ao nosso convívio cultural<sup>4</sup>. Encontra-se entre estes a figura emblemática de José Bonifácio, que os americanos se habituaram a olhar predominantemente pela acção política em prol da emancipação nacional, apelidando-o e, a justo título, de patriarca da independência, reservando-lhe um lugar ímpar na tarefa da unificação territorial e da imposição de uma imagem externa de um país novo, mas organizado e soberano. Este santista, que a natureza dotara de excepcionais aptidões intelectuais e de forte carácter, apesar da multiplicidade de estudos que já lhe foram votados, sobretudo como político e diplomata, continua a merecer, na nossa óptica, que dele nos aproximemos com atenção e respeito. Como se verá, foi um português de eleição, ao longo de décadas, vindo a transformar-se, mercê das vicissitudes e das exigências dos tempos em que viveu, num brasileiro dos mais genuínos de sempre, colocando o seu vastíssimo saber, a sua argúcia político-institucional, a sua experiência e a sua espantosa capacidade de análise e sofrimento ao serviço do povo, no seio da qual nasceu e junto do qual quis repousar para sempre. Monárquico convicto, por entender que a legitimidade dinástica garantia o vínculo indispensável da unidade nacional, deixou-se seduzir pela maçonaria, enquanto esta catalisava as mais genuínas aspirações político-sociais e intelectuais contemporâneas, embora dela se tenha distanciado quando percebeu que interesses inconfessáveis e jogos sujos de poder nela se acobertavam. Manteve com a realeza e com o primeiro imperador do Brasil um relacionamento que oscilou entre a maior reverência, a amizade mais íntima e um distanciamento que o levou ao exílio, vindo a transformar-se ele quase em desdém (no que se refere a D. João VI) e à desilusão mais completa face a D. Pedro, atenuada e corrigida mais tarde, sobretudo a partir do seu último regresso ao Rio de Janeiro, em 1829.

Acerca deste vulto mais emblemático da célebre família dos Andradas (António Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, embora incontornáveis no período crucial do 1º império, jamais atingiram o protagonismo do irmão mais velho) muitas facetas foram já exploradas, como o seu bairrismo santista, o seu apego às origens familiares e paulistas, a sua vida simples e a modéstia contida nos comportamentos públicos, a sua teimosia e determinação na condução dos assuntos políticos, as suas qualidades de inteligência e a sua propensão para a literatura e para os estudos clássicos, a sua atracção pelo belo sexo e os seus amores (lícitos ou não) e também alguns dos seus ódios de estimação, como aquele que sempre lhe mereceu a sua conterrânea Domitila de Castro Canto e Melo, a famosa marquesa de Santos. A isso nada acrescentaremos de relevante, seguramente. Porém, outras facetas dessa figura intrigante emergiram, em determinadas épocas e hoje quase se esbateram, por completo, na memória colectiva. Parece justo e oportuno avivá-la. É isso que nos propomos atingir com o presente estudo.

Ao reescrever-se qualquer biografia, não raro algo de novo se vai revelando<sup>5</sup>. Por essa razão, mesmo resumidamente, lembraremos, alguns passos marcantes do percurso vital de José

---

<sup>4</sup> Haja em vista aquelas figuras que integraram a Corte de D. João VI no Brasil e as que estiveram ao lado de D. Pedro no processo que conduziu à declaração e à consolidação da independência brasileiras. Acaba de sair (2008) um *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*, organizado por Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves. Rio de Janeiro, ed. Objectiva.

<sup>5</sup> É sugestiva, a esse propósito, aquela que acaba de lhe dedicar Andréa Mansuy-Diniz da Silva e aparecida em 2006, na obra já citada, entre as páginas 434 e 440 e na qual emergem as suas relações com a aristocracia portuguesa do período reformista e alguns dos seus gostos (e propensões) pouco visíveis a uma leitura menos atenta a pormenores.

Bonifácio<sup>6</sup>, mesmo sabendo que o nosso objectivo primordial é focar dois aspectos quase sempre menos considerados, a saber, o universitário e o militar.

A cepa a que pertencia pelo nascimento pairava muito acima da média colonial. Com efeito, seu pai Bonifácio José de Andrada, coronel dos dragões, homem abastado e empreendedor, casara com D. Maria Bárbara da Silva e amealhara fortuna e prestígio. A própria família do coronel Andrada pontuava na sociedade local por sua ilustração: dois dos seus irmãos haviam-se formado em Coimbra, um em medicina, o outro em cânones e um terceiro optara pela carreira eclesiástica, a qual também abraçaria o médico, após a morte de sua esposa. Religião e letras pautavam, pois, os horizontes da família Andrada, de Santos, em meados do século das luzes<sup>7</sup>. E essas coordenadas continuaram nas opções da vida profissional dos mais jovens, encaminhados para os estudos superiores universitários, com perfeita normalidade.

O registo que José Bonifácio apresentara acerca das suas origens, quando foi necessário exibi-los na universidade de Coimbra, fornece pormenores interessantes. Nele atestou o vigário da vara de Santos, José Xavier de Toledo que *“aos dezoito do mes de Junho de mil setecentos e sessenta e três annos, nesta igreja matriz baptisei e pus os santos óleos a Jose Antonio innocente filho legitimo de Bonifácio Joseph d’Andrada e de sua mulher Maria Barbara da Silva, naturaes desta villa; neto por parte paterna do coronel Joseph Ribeiro de Andrada, natural da freguesia de São Martinho, Cabeceira de Bastos e de sua mulher Ana da Silva Borges, natural desta villa de Santos e pela materna neto de Gonsalo Fernandes Souto, natural da freguesia de São Thiago, comarca de Villa Real ... e de sua mulher Rosa de Viterbo da Silva, natural desta villa: foram padrinhos Manoel Angelo Figueira e Ignacia Maria, mulher de Bartholomeu Júlio, todos desta freguesia.”* Esta certidão foi passada em 7 de Fevereiro de 1783, antes da partida para Coimbra, e devidamente reconhecida. Fica, pois, a saber-se que antes de receber o nome pelo qual se immortalizou, este filho do cor. Ribeiro de Andrada se chamou José António, nome este que posteriormente foi mudado para José Bonifácio, tradicional na família<sup>8</sup>. As raízes masculinas do futuro estudante coimbrão mergulham, pois, em terras minhotas e transmontanas, donde eram naturais seus avós paterno e materno<sup>9</sup>.

Nascera em Junho, a 13, sendo recebido como filho da igreja católica cinco dias depois. A infância e a primeira adolescência decorreram entre a serra e o mar, em ambiente de grande liberdade, próximo dos tios paternos, cujas luzes intelectuais invejava e apreciava desde muito novo. A paisagem verdejante da beira-mar e dos rios com seus mangues e pássaros exóticos nunca se lhe varrerá da memória, sobretudo quando andar por longe. Como a das margens dos rios Cubatão e Bertioxa. Nascera no meio de muitos irmãos, nove ao todo, mas a história registará,

---

<sup>6</sup> Basear-nos-emos sobretudo na documentação existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, no Arquivo do Museu Imperial (Petrópolis) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>7</sup> SOUSA, Octavio Tarquínio de, *José Bonifácio*, Itatiaia, São Paulo, 1988, p. 54.

<sup>8</sup> Além do pai, usava-o também seu tio médico, que prestava serviço na cadeia de Santos. José António por ser filho de José e ter nascido em dia de Santo António.

<sup>9</sup> Octávio T. Sousa afirma que o cor. José Ribeiro de Andrada se estabelecera em Santos em finais do século XVII e que entroncava em famílias senhoriais, sendo aparentado com os condes de Amares e os Freires de Andrada. Cit., p. 54.

com mais ênfase para a posteridade apenas quatro deles: José, Maria Flora<sup>10</sup>, António Carlos e Martim Francisco. Dos outros pouco mais ficou do que o nome. E na vila de Santos, ao contemplar os navios que acostavam no seu porto, além de algumas informações que ia obtendo sobre o Rio de Janeiro, onde governava o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e também sobre Portugal cujo monarca se chamava D. José e Sebastião José fazia figura de ministro todo poderoso, aprendia as primeiras letras e latim, este com um mestre duro e de pouco nível. Com 15 anos partiu para S. Paulo onde estudará outras matérias: lógica, metafísica, ética, francês, história. Como ascende de vários familiares clérigos (e de gabarito), o bispo D. Fr. Manuel da Ressurreição recebe-o, acarinha-o, ensina-lhe francês, ética, metafísica, dialoga com ele, presume que seguirá também a carreira eclesiástica e, sobretudo, percebe a sua capacidade invulgar para os estudos. Sugere-lhe que parta para Coimbra, em cuja universidade poderá dar largas à sua sede de saber mais e se graduará. O irmão mais velho, Patrício e três tios paternos já haviam abraçado o sacerdócio. Este tornara-se uma espécie de tradição familiar. E José Bonifácio, bem como seus irmãos António Carlos e Martim Francisco, estes quase ainda crianças, requereram a habilitação *de genere* para, também eles, a seu tempo (quem sabe?) ingressarem na carreira clerical (1779).

Esta e a universidade não eram incompatíveis. Pelo contrário. Dois dos seus tios paternos formaram-se em Coimbra, como sabemos e continuavam padres. Ele decidiu também frequentar, com consentimento paterno, a lusa Atenas, como o bispo aconselhara. Todavia, cedo, à medida que o meio paulistano o foi influenciando, percebeu que não o atraía a carreira sacerdotal. Apreciava sobremaneira a beleza dos corpos femininos que ia descobrindo na capital. Estuava-lhe no peito, de repente, por esse período, um sentimento forte e bonito que poderia designar-se por amor platónico. A sua musa de então até tinha nome. Chamava-se Derminda e ele dedicou-lhe as primícias da sua veia poética: “... *esses teus olhos soberanos / têm cativado a minha liberdade*”. Encontraram-se, descobriram um amor ardente e romântico, juraram fidelidade mútua, que ele questionou depois, por estes versos: “... *aquele amor que me juraras / onde está?*”<sup>11</sup> Esses amores dos 16 anos evaporar-se-ão na voragem dos tempos, mas anunciavam uma faceta muito impressionante da sua personalidade. Sempre haveria de manifestar-se um sentimental, um afectivo e a sua propensão pelo belo sexo tornar-se-ia irresistível. Nesse aspecto, nunca seria um puritano. Longe disso. Nem sequer haveria de resguardar com pudor os gastos, que ao longo da vida (até no exílio...), se vira constrangido a fazer por ceder generosamente aos seus impulsos sexuais, uns sucumbindo às exigências da sua energia masculina, outros em razão de afectos incontrolados.

Não seguiria os passos do irmão mais velho, que se ordenou de presbítero, mas que, nem por isso, renunciou ao sexo. Teve até filhas. Legitimou-as. Mas José preferia continuar leigo. E, na verdade, foi nessa condição que partiu para o Rio, donde embarcaria para Coimbra. Contava 19 anos de idade.

Começava uma nova e decisiva etapa na sua vida. Tudo estava em aberto. Sonhos, e muitos, claro, povoavam-lhe a imaginação. Seriam concretizáveis? Quais? Adaptar-se-ia ele facilmente a

<sup>10</sup> Esta viria a ser camareira da 1ª imperatriz D.<sup>a</sup> Leopoldina.

<sup>11</sup> COSTA, Pedro Pereira da Silva, *José Bonifácio*, Ed. Três S. Paulo, 1974, p. 45 e SOUSA, Octávio Tarquínio de, cit., p. 56.

um meio tão diferente daquele que deixava? É certo que a vida cultural e artística portuguesas, por aquilo que sabia, se lhe apresentava muito mais evoluída do que aquela que deixava no seu Brasil natal. Disso não duvidava e agradava-lhe. Os tios foram-no preparando, com informações preciosas. A sua juventude, a enorme capacidade de aprender, de que sempre se sentira possuído e a ânsia de subir na vida, por mérito próprio, forneciam-lhe agora a dose forte de optimismo de que necessitava nesses momentos de incerteza e sacrifício.

Ele que nascera no seio de uma família numerosa e poderosa, que se vira desde o berço rodeado de serviçais e de comodidades, que fizera amizades e até amores temporãos em S. Paulo, deixava tudo e partia só. Regressaria? Esse era o seu propósito firme, sem dúvida. Mas quando? E em que condições? Que ensinamentos poderia ele colher no velho mundo para os poder, depois, aplicar na sua terra, que já fora mais próspera do que agora? O movimento portuário na vila de Santos fora caindo num quase marasmo. O que seria necessário mudar para recuperar a sua vitalidade de outrora e superá-la? Quando se graduasse na universidade e regressasse aos “*seus outeirinhos*”, que vida profissional o ocuparia? Seria jurista? Talvez. As ciências da natureza fascinavam-no também. E a sua terra constituía um desafio e um manancial imenso para estudos, experiências, para descobertas, sobretudo no subsolo, de que tanto se ouvira falar lá para os lados das Minas ... A todos esses eventuais desafios estava aberta a sua mente. Agora propunha-se estudar, ler muito, discutir, informar-se, integrar-se rapidamente num ambiente acerca do qual tudo ignorava. Meios não lhe faltavam. O pai providenciara para que vivesse desafogadamente. Isso não o preocuparia. Contudo, no momento em que se despedira dos seus para rumar à Europa, assaltaram-no as saudades. Tanta gente morria relativamente jovem. Quando pudesse regressar, com um diploma na mão, voltaria a encontrar todos os seus familiares próximos? A dúvida começara a repercutir-se-lhe na mente. Quem poderia saber? E, se isso cogitou, essa preocupação toldava-lhe a esperança. Com razão. Seu pai deixaria o rol dos vivos em 1789 e, por isso, o mútuo adeus, ao subir para o barco rumo a Lisboa, dois anos antes, fora definitivo. Ficaria, contudo, sua mãe, que reencontraria cerca de 37 anos depois, já velhinha, a roçar os 80 anos.

O certo é que, em 1783, ele deixava o Rio de Janeiro, onde namorara e poetara à maneira arcádica<sup>12</sup>, passara por Lisboa, já reconstruída após o terramoto, fixando-se na cidade dos doutores. Haveria de tornar-se um deles. E dos mais bravos e brilhantes, como veremos. Se a preparação de base que trazia não era a melhor, a breve trecho a compensaria, ultrapassando todas as expectativas positivas. As suas qualidades naturais e o vigor da sua inteligência superariam quaisquer eventuais dificuldades. O seu nome juntar-se-á, de facto, ao de numerosos outros estudantes ilustres nascidos nessa América portuguesa, tão rica em metais e pedras preciosas, tão

---

<sup>12</sup> A sua estadia no Rio, esperando o barco para Lisboa, além da frequência da excelente biblioteca dos beneditinos que lhe franquearam e que o maravilhou, ficou imortalizada em versos pré-românticos, que traduzem o seu pendor pelo belo sexo, que nunca escondeu aos amigos e do qual foi disfrutando generosamente ao longo da vida. Aos 20 anos cantou assim uma das suas musas: “Adeus, fica-te em paz, Alcina amada / Ah sem mim sê feliz, vive ditosa”. Deixava, contudo, o seu olhar preso à sua “linda face”, ao “branco peito” e à “boca graciosa”. Mulheres bonitas, livros de todas as áreas, literaturas clássicas, amor pelas ciências, fascinavam a sua imaginação juvenil. Jamais renunciaria a um inato pendor poético, através do qual exteriorizava a sua sensibilidade mais recôndita. Refugiou-se na poesia em momentos de solidão e de expectativa, de esperança e de sonho, como faria muitos anos depois, no exílio, em Talence (Bordéus).

disputada entre as coroas de Espanha e Portugal, que os tratados recentes de 1750 e de 1777 procuraram delimitar consensualmente, mas que tanto necessitava de técnicos e de académicos que a ajudassem a ser melhor conhecida, explorada, promovida entre as elites cultas do mundo. Os jovens oriundos desse imenso território jamais esqueceriam as suas origens e, promovendo-se, catapultavam o seu próprio país, que então era Portugal, de cuja monarquia haveria de emergir a curto prazo o Reino do Brasil<sup>13</sup>.

O receio de se encontrar em Coimbra como em terra estranha desvaneceu-se logo que lá chegou. Cidade pequena, toda aconchegada à sua universidade, pautava todo o seu ritmo de vida pelas exigências da Academia. Por isso, as pessoas recebiam bem os estudantes, acarinhavam-nos. E, além disso, com algum espanto, verificou ele que, nesse ano de 1783, em cujo Outubro se matriculava, mais vinte e dois brasileiros, aí se inscreviam. Podiam constituir um grupo específico, encontrar-se, partilhar notícias, alimentar projectos, matar saudades da terra longínqua, continuar a ouvir sotaques americanos, ir descobrindo petiscos e sabores locais. Um dos seus contemporâneos é Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, que virá a tornar-se um cientista famoso. Outros foram José Egidio Alvares de Almeida, futuro marquês de Santo Amaro, Bernardo de Sousa Barradas e João Evangelista de Faria Lobato, companheiro de casa de José Bonifácio<sup>14</sup>. Afinal, a curto prazo, instalara-se em Coimbra um grupo de brasileiros, como havia o dos minhotos, dos transmontanos, dos lisboetas. As afinidades de procedência juntavam-nos. Este gregarismo atenuava as saudades provocadas pela distância e deixava mais disponibilidade para as leituras. Bonifácio procurou, desde logo, saciar a sua curiosidade incontida.

Encontrou os livros de autores de que tinha notícia, mas a cujos textos nunca acedera. Na poesia, através das *Odes*, que redigiu, denotou o seu entusiasmo pelos escritos de Descartes, Newton, Leibnitz, Locke, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Pope, não olvidando os seus amados clássicos, como Homero, Virgílio, Horácio, Camões. Encontrou estes textos na velha universidade, já reformada por Pombal<sup>15</sup>, sorveu-lhes as ideias e sentimentos, começando a pensar que todo o homem possui uma razão e que esta unifica e liberta a espécie humana. Passou a detestar o despotismo e a considerar que os direitos naturais são inalienáveis e que mestiços, índios ou

---

<sup>13</sup> Evoquemos apenas alguns deles: Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Arruda da Câmara, Fr. Mariano da Conceição Veloso, o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, José Vieira Couto, Francisco de Melo Franco, Tomas António Gonzaga, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José Basílio da Gama, José de S<sup>ta</sup> Rita Durão, o músico P<sup>r</sup>. José Maurício Nunes Garcia ou o artista plástico António Francisco Lisboa (Aleijadinho).

<sup>14</sup> SOUSA, cit., p. 59. Manuel Ferreira da Câmara virá a assumir, no Brasil, a Intendência dos Diamantes e Faria Lobato, senador, defenderia com firmeza o antigo amigo estudante, quando foi discutida, na Câmara, a manutenção da tutoria dos príncipes, especialmente de D. Pedro II.

<sup>15</sup> Mais de vinte anos depois, já regressado ao Brasil, e já com este independente, evocava-a respeitosamente por estas palavras: “Eu ..., em melhores eras também frequentei a *alma mater Academia* que hoje, não sei se com razão, praguejos e descontentadiços abocanhão de decrépita e ignorante e polluta; mas não querendo aumentar o numero dos Galopins ... [os que, em Lisboa, mendigavam lugares], fui-me escafedendo para a terra do Pão de Assucar, e fiz-me roceiro, e ha annos que com o meu trabalho vivo socegado e com fartura”. Cf. *O Tamoyo*, 2 de Setembro de 1823. Como se vê, Bonifácio não enfileirava no número daqueles que desdenhavam da velha universidade coimbrã, onde muitos buscavam quase somente um diploma para acederem a “hum minguado lugarinho de Juiz de Fora”. Pelo contrário. Na cidade do Mondego ele aprendera muito e granjeara alguns “poucos amigos ... a quem o Brasil deve muito e muito”. Portanto, guardará dela grata memória, não esquecendo que nela aprenderam também muitos brasileiros ilustres.

negros também são homens. Urgia cuidar da sua sorte e condição. Nascera e afirmara-se no meio deles, sabendo melhor do que ninguém o que teria que ser encetado, mesmo que fosse de modo parcial, como, aliás, já Pombal havia anunciado. Essa ideia-força jamais o abandonará<sup>16</sup>. Nessa óptica, parece que o pensamento de Bonifácio, no plano político-social, seguiu muito de perto as ideias mestras de Voltaire, que considerava o “*vate dos filósofos*”, afastando-se, pois, do de Rousseau. Como o antigo aluno dos jesuítas de França, ele também preconizava um regime de monarquia ilustrada e temperada, combatia todo o tipo de autoritarismo, advogando a tolerância. Detestava, porém, a pressão das massas, que conduziria fatalmente à anarquia e à desordem.

Em Coimbra, iniciou uma carreira universitária, que o haveria de levar longe. Dela ficaram alguns registos sugestivos. Assim, no livro de matrículas consta que “*José Bonifácio de Andrada e Silva, filho de Bonifácio José de Andrada, natural da vila de Santos, Bispo de S. Paulo [foi] admitido a este 1º ano juridico na forma da Ley, a 30 de Outubro de 1783*”<sup>17</sup>. No ano seguinte, repetiu-se o registo, uma vez que ele fora “*admettido a este 2º anno juridico*”<sup>18</sup>. O importante será destacar, contudo, que ele se encontrava inscrito em dois cursos, simultaneamente, a saber o de direito e o de filosofia. E não somente a partir de 1784, como afirmam alguns dos seus biógrafos. A verdade é que, desde 83, ele se inscreveu em dois cursos e, a partir de 84, em três, uma vez que também era estudante de matemática. Assim o garantem os livros de matrícula existentes no Arquivo da Universidade<sup>19</sup>, onde estão registadas as folhas dos livros de todos os assentos. Falta, todavia, um dado: não existe o registo correspondente ao 1º ano da matrícula no curso filosófico (em 1783). Mas há uma contraprova. Em 13 de Maio de 1785, solicitava-se ao secretário da universidade que justificasse, com documentos, que José Bonifácio cursava o 2º ano filosófico (iniciado em Outubro de 1784), a fim de que ele se pudesse matricular regularmente. O documento foi transcrito no livro das provas dos cursos do 2º ano filosófico, correspondentes ao ano de 1784. Aliás, o registo é mais explícito, pois nele se lê: “*Provou cursar o 2º ano, como obrigatório, desde 12 de Outubro de 1784 ate ao fim do anno lectivo, com três faltas de aula sem causa, cumprindo as mais obrigações respectivas na forma dos estatutos*”. Mais ainda: “*Fez exames do 2º ano, como obrigatório, no curso de Filosofia em 24 de Maio de 1785 e foi aprovado nemine discrepante com rigor de ordinário*”<sup>20</sup>. O curso continuou regularmente, estando ele no “*3º ano filosófico, desde 20 de Outubro de 1785 ate ao fim do anno lectivo com 12 faltas de aula sem causa cumprindo as mais obrigações respectivas, na forma dos estatutos*”. Na sequência disso “*fez o seu exame na forma dos estatutos, em 17 de Julho de 1786 e foi aprovado nemine discrepante*”<sup>21</sup>. Registaram-se-lhe, pois 12 faltas às aulas nesse ano lectivo, omissões estas que continuaram no

<sup>16</sup> Embora mais tardios são dele os ensaios *Representação Sobre a Escravatura* (1825), apresentada à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil e também uns *Apontamentos Para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*.

<sup>17</sup> Livro de notas n.º 12-1783/84, fl. 25

<sup>18</sup> Livro n.º 13, fl. 59-1784/1785

<sup>19</sup> Cf. IV – 1ª D-8-5-Cx. 326

<sup>20</sup> Cf. *Livro de Exames*, f. 50

<sup>21</sup> *Ibidem*, fl. 111.

4º ano, iniciado “desde 11 de Outubro de 1786”, no qual lhe foram contabilizadas “dez faltas de aula e huma sabatina para defendente com causa”. O exame final deste 4º ano, como aluno obrigatório, em todas as disciplinas, realizou-se a 16 de Julho de 1787, tendo sido ele aprovado *nemine discrepante*, findo o qual lhe foi conferido o grau de bacharel<sup>22</sup>. Por seu turno, o curso jurídico foi concluído com o 5º ano. Na verdade, “em 7 de Julho de 1788, manda-se que se passem a Jose Bonifacio suas cartas de formatura, que fez na Faculdade de Leys, como tambem sua carta de Bacharel, que fez na Faculdade de Filosofia”. Os documentos foram passados por ordem do reitor D. Francisco Rafael de Castro e neles se afirma que Jose B. de A. e Silva “havendo conseguido o Grao de Bacharel na Faculdade de Leys, como mostra por sua Carta, e havendo continuado mais hum anno de frequência, e ouvido as Lições de sua obrigação, conforme os Novos Estatutos desta Universidade, com prova delle se habilitou para fazer, como fez com effeito, a sua Formatura em V de Julbo de MDCCLXXXVIII, no qual Acto sendo examinado pelos Doutores seus Mestres, e sendo distribuidos, e regulados os votos, foi aprovado, NEMINE DISCREPANTE, como consta do Assento que disso se fez no Livro dos Exames, Actos e Graos do dito Anno, a fl. 185”. Portanto, o estudante santista, embora com algumas faltas injustificadas, ao longo dos anos (sem ser viável conhecer as causas), concluiu o bacharelato em Leys, em 3 de Julho de 1787, presidindo ao exame o Dr. Bernardo Carneiro Vieira de Sousa, na sequência do qual, *nemine discrepante*, recebera o respectivo grau. Como se disse, a formatura plena teve lugar no ano imediato e a acta respectiva ficou com a assinatura de Antonio Joaquim da Silveira e Teles. Em 1788 possuía ele dois diplomas, um em filosofia e outro em leis. Do primeiro ficou, em arquivo, o respectivo diploma, outorgado, em nome da universidade, por D. Francisco Rafael e Castro, reformador e reitor, o qual invoca o nome do Dr. Teotónio José de Figueiredo Brandão, como seu protector<sup>23</sup>. E a inscrição no curso de matemática? Nada mais acerca dela ficou registado para a posteridade. Desistiu o estudante? Talvez. Aos 25 anos de idade, o jovem paulista concluiu, sem qualquer reprovação, dois cursos. Podia orgulhar-se do aproveitamento alcançado.

E agora? Regressar de imediato à sua terra distante? Em que condições e para quê? É certo que a carreira das leis estava ao seu alcance, podendo solicitar “*hum minguado Lugarinho de Juiz de Fora*”, que obteria sem dificuldade. Tal, porém, não o atraía. Formara-se também em Filosofia Natural, sabia que a Botânica, a Mineralogia, a Metalurgia e a própria Agricultura se encontravam em profundas transformações, conducentes a servirem melhor os povos e a proporcionarem riquezas acrescidas às nações. Prefere aprofundar, agora fora da universidade portuguesa, os seus conhecimentos. Não é homem de se satisfazer apenas com teorias. Estas devem ser conhecidas, sem dúvida, mas para que mereçam todo o crédito, urge que se lhes alie a prática. É necessário ser pragmático e aplicar o saber à melhoria das condições existentes. O agradável e o desejável transformar-se-ão em excelente se puder vir a ser útil para a comunidade. É assim que pensa e tentará pô-lo em prática. Voltará ao Brasil, sem dúvida, mas ainda melhor preparado para enfrentar os desafios que a sua terra, ainda tão carenciada, lhe possa apresentar. Coimbra já não encerra segredos, nem desafios estimulantes. Lera tudo o que conseguira alcançar, é certo. O meio,

<sup>22</sup> Cf. *Livro dos Exames, Actos e Graos do dito anno*, a fl. 163.

<sup>23</sup> Na Real Officina Typografica da Universidade. Coimbra, anno de 1788.



todavia, é pequeno, talvez demasiado próximo ainda de alguma influência clerical e aristocrática. Outros horizontes científico-culturais o seduzem. Concluído o seu curriculum académico, parte para Lisboa, onde se agitam mais preocupações, onde a comunidade estrangeirada vai engrossando e onde, como sede da monarquia, o poder se joga de perto. Inicia-se uma nova faceta da sua rica personalidade.

Na capital acerca-se da Academia Real das Ciências, há pouco fundada (1780) e à qual preside o duque de Lafões, parente da rainha. Homem culto, viajado por ter sido perseguido e exilado por Pombal, admirador das realizações das Luzes, ambiciona constituir nessa associação um escol de homens aptos a procederem à discussão e difusão das ciências contemporâneas, em todas as suas variantes. Alguns dos seus aderentes da primeira hora são homens que regressam ao país após longas estadias forçadas no estrangeiro<sup>24</sup>.

Deles se abeira o jovem Bonifácio e escuta uma sugestão que o atrai particularmente. Por que não partir ele para o estrangeiro, a fim de se aperfeiçoar nas teorias estudadas e constatar as suas aplicações práticas, nos vários domínios, designadamente na mineralogia, na metalurgia, na botânica e até na hidráulica? Admitido, entretanto, como sócio livre da Academia, logo apresenta um primeiro trabalho, uma **Memória sobre a Pesca das Baleias e Extracção do seu Azeite**, na qual disserta também sobre as pescarias, a qual mereceu a honra da publicação nos Anais da Academia<sup>25</sup>. É a sua primeira incursão no mundo da ciência natural e da economia política, abrindo-lhe insondáveis horizontes. Graças à atenção sobre si atraída e à protecção do duque, ele é escolhido para, juntamente com outros dois jovens, empreender uma excursão ou viagem científica pela Europa mais avançada. Do trio, dois são de origem brasileira, ele, José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, sendo o terceiro Joaquim Pedro Frago. Câmara assumirá a chefia da expedição e o Real Erário pagar-lhes-á os respectivos custos. O ministro dos Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, entregar-lhes-á uma **Instrução** na qual explicita os objectivos da bolsa concedida e sugere lugares a percorrer, e prazos de estadia, embora deixando a Câmara alguma liberdade de programação. Em 1790, no mês de Junho, eles partem de Portugal com destino a França. Permanecerão em Paris cerca de um ano, onde, no Jardim do Rei, seguem cursos de química, de mineralogia, de acordo com a programação da Escola Real de Minas. Aí estagiaram entre Setembro de 1790 e Abril de 1791. José Bonifácio acerca-se então dos grandes mestres da comunidade científica francesa, bebe-lhes os ensinamentos e sente o prazer de constatar que o reconhecem como um naturalista, aceitando-o como membro da Sociedade de História Natural e da Sociedade Filomática Parisiense (1791). Por acaso, a sua chegada à capital francesa, coincidia com o desenrolar da Revolução, ateadada a partir de 1789 e que tanto pânico causava no círculo da Rainha de Portugal. Ninguém sabe como ele a viveu aí, mas tem-se informação de que comprou uma indumentária à francesa, com a respectiva cocarda para não destoar dos comportamentos das pessoas do meio em que se inseria. Cuidou particularmente da cabeleira, penteando-se à moda e começou a frequentar os

---

<sup>24</sup> É o caso do P.<sup>c</sup> Teodoro de Almeida, oratoriano, versadíssimo em vários ramos da filosofia natural, exilado em França.

<sup>25</sup> *Memorias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1790, vol. II, pp. 277-293.

lugares onde se apinhavam os jovens residentes em Paris e nos quais abundava o belo sexo, aliás afamado, mesmo fora de Paris. Deixou-se seduzir por beldades que aí encontrou e a quem pagou para fruir da sua intimidade momentânea, lançando os gastos aí feitos no rol das suas despesas correntes<sup>26</sup>. Desses derriços ocasionais nada de duradouro permaneceu, a não ser algum arrependimento. A missão científica prosseguia, fora de França, agora em direcção à Saxónia, rumo às minas de Freiberg, onde o grupo permaneceu entre finais de 1791 e 1794. Aí contactou com Alexander von Humboldt e outros de igual gabarito. O programa inicialmente proposto tornou-se impraticável, pois incluía as minas da Boémia, da Hungria, da Rússia, da Suécia, da Noruega, da Escócia, do País de Gales e da Espanha. Bonifácio nunca chegou à Rússia, nem à Escócia, nem a Espanha, mas frequentou a Áustria, a Itália, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Inglaterra, voltando repetidamente a Freiberg, Paris, Leipzig. Começou a publicar regularmente nas revistas especializadas, ganhando o reconhecimento e o respeito dos meios científicos internacionais.

No decurso das suas deambulações, contactou com enviados diplomáticos portugueses da melhor condição, que lhe valeram amizades e sólidas protecções futuras. Foi em Viena que conheceu D. Lourenço de Lima e Joaquim José de Miranda Rebello, que havia sido secretário de D. Rodrigo de Souza Coutinho, antigo embaixador em Turim. Este, como veremos, transformar-se-ia para ele num indefectível amigo, confidente e alto protector<sup>27</sup>. Em carta de Viena, de 1797, Miranda Rebello lembra a D. Rodrigo que havia quase oito anos que se mandaram três moços estudar para a Europa “*e adquerir todos os conhecimentos de theoria e observação necesarios para que se formasse entre nós o estabelecimento de hum Directorio de minas por meyo do qual aproveitassemos as immensas riquezas que a Providencia nos deo.*” O próprio Sousa Coutinho se interessava muito por essas matérias há anos, procurando meios para exploração de minerais em Portugal, do ferro em Angola e do cobre na Baía. Rebello deixa de lado Câmara e recomenda-lhe José Bonifácio por estas palavras: “*Este mosso... hé cheio de talentos naturaes e adquiridos, he vivissimo, nutre hum zello patriotico tão activo e tão illuminado, que eu estou seguro, que quando V. Excia. o conhecer, e comunicar, certamente achará hum homem com quem possa entender-se perfeitamente.*” Refere que o jovem tem aprendido muito de mineralogia e metalurgia e que se preocupa com a economia política. Enfim, desabafa com D. Rodrigo: o que eu pretendo é ser útil ao país, rematando, “*Jozé Bonifacio d’Andrade hé superiormente hábil e V. Ex.<sup>cia</sup> achará certamente que elle pode ser muito útil... para aproveitamento das minas portuguezas, da gloria que ellas podem dar a V. Ex.<sup>cia</sup> e da utilidade que de tudo pode rezultar a Portugal*”<sup>28</sup>.

Antes desta recomendação dos préstimos do jovem Bonifácio a D. Rodrigo, já o santista havia escrito uma muito longa carta ao embaixador D. Lourenço de Lima, através da qual, na iminência de voltar logo a Portugal, expunha as suas ideias sobre a importância das minas na riqueza dos países, sobre a reformulação da legislação delas, tanto de Portugal, como para o Brasil, sobre as exigências e qualidades do pessoal nelas envolvido, recusando os escravos e

<sup>26</sup> SOUSA, cit., pp. 65 e ss.

<sup>27</sup> SILVA, *Portrait* ... II, pp. 432 e ss.

<sup>28</sup> *Ibidem*, carta nº 1, p. 441.

preferindo homens livres, sobre a criação de escolas especializadas para formação de pessoal superior e, finalmente, sobre o recrutamento de técnicos estrangeiros, indispensáveis nos primeiros tempos<sup>29</sup>. Rebello anexou esta carta à que enviou a D. Rodrigo, ficando este, pela sua leitura, a ajuizar que tipo de homem era José Bonifácio e a perceber as vastas afinidades de que ambos partilhavam. Reuniam-se todas as condições para que se tornassem amigos e colaboradores estreitos. Finalmente, em 1799, Bonifácio dirige-se pessoalmente a D. Rodrigo, a partir de Hamburgo e antes de regressar a Portugal, aguardando as eventuais ordens que este lhe quisesse endereçar, na perspectiva de que, logo que chegasse, pudesse entregar-se à dinamização da actividade mineira, de acordo com as mais modernas técnicas e meios humanos e materiais. Firmavam-se em bases sólidas as relações pessoais e institucionais entre o ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos e o bolsheiro do governo português que regressava ao país após dez anos de estudo, de observação, de reflexão e de publicação de trabalhos científicos. Embora ainda jovem, já ultrapassara os 35 anos, o que o tornara um homem maduro, e já prestigiado. O que sugeria ele a D. Rodrigo como indispensável? Quatro medidas essenciais, a saber:

- 1º “Hum bom Codigo Montanístico, que não temos;
- 2º Novos Conselhos e Superintendencias de minas;
- 3º Gymnasios ou Academias montanísticas em que se formem candidatos;
- 4º Alguns praticos e trabalhadores inteligentes...”

O ministro percebeu o alcance das propostas e o gabarito de quem as subscrevia e aproximou-o de si. A partir de Novembro de 1800, entrega-lhe a ele e ao cavaleiro Napion<sup>30</sup>, um turinês, o encargo de reconhecer e inspeccionar os terrenos mineiros a norte da capital, de cuja tarefa, rapidamente, em carta conjunta, ambos dão conta a D. Rodrigo. A partir de então a ascensão de Bonifácio na administração pública e na sociedade portuguesas torna-se meteórica, não apenas pelo seu próprio valimento, mas também pelos altos apoios de que dispõe. Logo no ano seguinte, foi nomeado professor de metalurgia na universidade<sup>31</sup>, sem abandonar, contudo, o trabalho de prospecção e conhecimento dos terrenos minerais. Ele e D. Rodrigo tornaram-se amigos sinceros e colaboradores leais, perseguindo ambos o Bem Comum, uma das utopias mais caras ao ideário das Luzes, que ambos haviam abraçado.

Atento ao que se discutia na Academia das Ciências, mas sem o tempo indispensável para a ela se dedicar a fundo, começa a perceber que Portugal não se pode equiparar aos países da Europa Central ou do Norte, em que estagiara. Há poucos recursos disponíveis e a inércia e as invejas das pessoas envolvidas na administração pública bloqueiam muitas iniciativas mais ousadas. Começa a apoderar-se dele alguma desilusão e pessimismo, quando não desalento. Valeu-lhe, na

---

<sup>29</sup> Ibidem, pp. 443 a 451.

<sup>30</sup> Napion, natural de Piemonte, após se ter oposto ao avanço francês sobre o norte italiano, veio para Portugal a convite de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Entre nós ficaria para sempre e chegaria aos mais altos postos. De facto, além de técnico, alistar-se-ia no exército que se opôs às tropas napoleónicas, em 1807. Feito brigadeiro e inspector real do exército, nomearam-no responsável pelas oficinas e laboratórios de instrumentos bélicos. A convite da família real, partiu para o Brasil, onde continuou a carreira militar, chegando a inspector geral de artilharia, membro do Conselho Supremo Militar, ten.-general e marechal de campo, sendo o criador de uma fábrica de pólvora nas margens da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

<sup>31</sup> Carta Régia de 15 de Abril de 1801.

circunstância, o re-encontro com seus irmãos António Carlos e Martim Francisco, que lhe haviam seguido as pisadas. Também eles se matricularam na universidade de Coimbra, na qual ambos se haviam já graduado. António Carlos copiara o itinerário académico do irmão José. Graduara-se em filosofia natural e em leis, enquanto Martim Francisco, o mais jovem dos três e que viria a transformar-se em seu genro, se graduara em filosofia. O encontro, além da actualização de notícias e de projectos, permitira aos irmãos mais novos aperceberem-se do prestígio do irmão e da sua superior formação intelectual e humana. Mais tarde, de novo juntos no Brasil, a partir de 1819, formarão uma tríade de capital importância na condução dos destinos de um país emergente. Todos diferentes em algumas opções de pormenor, estarão unidos no essencial, que é a defesa dos ideais de um Brasil autónomo, uno, pautado pelos valores essenciais da civilização ocidental. A superioridade do mais velho e a sua estatura moral e cívica nunca pelos outros foi contestada. Estes Andradas tornar-se-iam um dos pilares da formação e da afirmação do império brasileiro e até do seu 1º imperador.

Voltemos ao convívio de José Bonifácio nos primeiros anos do século XIX. Na sequência da missão de reconhecimento à roda de Lisboa e na Estremadura e em consequência da sua permanente actividade, dos seus méritos e de alta protecção ministerial, sucedem-se as nomeações, como para o exame e a inspecção reais, para a intendência geral das minas e metais do Reino, para membro do respectivo tribunal, para a direcção do Real Laboratório da Casa da Moeda, para administrador das minas de carvão de Buarcos, para encarregado de recuperar as oficinas de fundição de ferro de Figueiró dos Vinhos, para superintendente do rio Mondego e das obras públicas de Coimbra, além de desembargador da Relação do Porto, esta ocorrida a 5 de Março de 1805. Seria possível arcar responsabilmente em tantos cargos? A resposta é óbvia: mesmo tendo em conta a dimensão do pequeno país, que era Portugal continental, não. E disso ele tinha clara consciência. Não lhe faltavam ideias, projectos concretos e vontade decidida para avançar. Mas os meios eram demasiado escassos e de pouca qualidade, além dos bloqueios institucionais. Por exemplo, na universidade de Coimbra havia muito poucos alunos interessados na sua área (quatro inicialmente, no máximo) e, além disso, de que meios poderiam o docente e os estudantes dispor? Poucos. A reforma pombalina não lograra impor-se nos seus objectivos essenciais, pois não existiam (ou eram deficientes) os laboratórios para as ciências da natureza e as colecções para estudo, seja botânicas, seja mineralógicas, como ele confessou em carta a um rival de D. Rodrigo, António Araújo Azevedo, o futuro conde da Barca<sup>32</sup>. Valia-lhe a que ele próprio reunira, bem como a sua biblioteca. Mas o desânimo ia-se apossando do seu ânimo, que, aliás, era ativo e orgulhoso. Na mesma missiva a Azevedo, escrevia: “... *estou convencido por própria e triste experiência que a vida da universidade me não pode convir, por muito tempo... Nunca tive medo ao trabalho e de boa mente sacrifico o meu repouso e saúde ao bem da pátria, quando vejo que as fadigas e trabalhos lhe podem ser úteis...*”, rematando que vivia com uma sensação de tempo perdido. Isso foi-lhe minando a boa vontade e a energia. Em carta a D. Rodrigo, de 11 de Março de 1803, queixava-se de sentir-se “*perdendo inutilmente o tempo, que*

---

<sup>32</sup> “Não há colecção mineralógica que sirva e valha coisa alguma” (SOUSA, 1988, p. 80).

*me não sobra, em responder a representações dezasizadas e esquerdas de Câmaras compostas de homens leigos e sem criação e governadas por assessores rabulas da antiga Universidade, raça malfazeja que se tem aninhado por toda a parte. E vou deixando de maravilhar-me, à proporção que estudo o interior das províncias, de que tudo nellas obedeça à só lei da inércia*<sup>33</sup>.

O poderoso ministro havia deixado a Marinha e Ultramar (em 1801) para assumir a presidência do Tesouro Régio, o que o colocava ainda com mais força no governo do Regente D. João. Bonifácio contava um aliado e um confidente ao mais alto nível e, por isso, nomeações e menções honoríficas não lhe faltavam. Escasseava-lhe o tempo e as deslocções permanentes a que se via constringido iam-lhe minando a saúde e gastando os cabedais. É que as nomeações não se traduziam em compensações financeiras. Pelo contrário. Fazia mais despesas e os réditos não compensavam. Em carta, de Lisboa, a D. Rodrigo, de 26 de Julho de 1802, confessa-se muito honrado com as nomeações. Porém, abre-lhe a alma, em termos deste género: “*em Portugal... tenho observado por experiência própria, e bem mau grado meo, hum magistrado para ser respeitado e por consequencia mais facilmente obedecido, deve ter huma renda sufficiente com que possa subsistir com decencia, tratamento e outras exterioridades que requer o seo emprego...*”. Nessa ordem de ideias e de comportamentos, continua, lembrando ao aristocrata que dispõe apenas do ordenado de lente da universidade, com o qual é impossível viver e sustentar a família decentemente, uma vez que tem que viajar permanentemente pelo país “*que devo conhecer mineralogica e metallurgicamente*”, pagar rendas de casas em Coimbra e em Lisboa, “*comprar livros e instrumentos de que necessito para me não atrazar nas sciencias, que cultivo por gosto e para bem do Estado*”. E desabafa, com azedume: “*todos os magistrados ao serviço do governo dispõem de cavalgadas e de viático, mas eu não*”. E compara o que se passa no seu Brasil natal. “*Os intendentes do oiro das comarcas de Minas geraes, que não sabem, nem fazem senão despachar petições... têm só por isso 4 mil cruzados e quinhentos mil reis... e o intendente dos diamantes do Serro do Frio oito mil cruzados, alem dos avultados emolumentos que recebem*”. A sua estadia no estrangeiro mostrou-lhe ainda que os intendentes das minas, além de avultados ordenados, são cumulados de privilégios e do estatuto de nobreza *ipso facto* adquirida. Estas lamentações conduzem-no à conclusão lógica, que explicita: “*eu só peço poder subsistir decentemente e sem me empenhar cada vez mais, os aceito [800 mil reis de ordenado e uma moeda de oiro de ajuda de custo] porque não quero gravar a Real Fazenda, rogando, porem, para não ridicularizar o meo cargo e merecer as imprecações dos meos successores, que se reuna a esta quantia... a minha pensão*”. Será curioso lembrar aqui que José Bonifácio se transformou num crítico mordaz da posterior atribuição de títulos de nobreza, por D. Pedro, após a independência brasileira. Ele próprio os recusou, com veemência, demarcando-se da atribuição do título de viscondessa e, depois, de marquesa à favorita do imperador Domitília, que criticou abertamente. Agora, contudo, a cerca de 20 anos de distância, parecia-lhe que a dignidade do lugar exigia foro de nobreza, a fim de implicar automaticamente respeito. Termina, porém, a sua missiva com altivez: “*Tudo isto, que allego, torno à dizer, hé mera representação, e não supplica, porque... a maior honra possivel... hé servir-lo com zello, intelligencia e inteireza...*”<sup>34</sup>. A

<sup>33</sup> SILVA, 2006, pp. 456/457.

<sup>34</sup> Ibidem, carta n.º 8, pp. 461/466.

correspondência mantida entre os dois amigos permite-nos ir avaliando o mútuo estado de espírito. Bonifácio nos anos de 1802, 1803 e 1804 abre-se mais com D. Rodrigo, começa a fazer cada vez mais exigências, “*porque estou ja radicalmente curado da mania tola de ser dezinteressado*”. E bate o pé com decisão: “*se eu continuar a ser Intendente Geral e V. Ex.<sup>cia</sup> quizer que dê lições docimasticas na Casa da Moeda, alem do meo malfadado ordenado, devem-se me dar cazas em Lisboa, porque não posso, nem devo, estar a pagar duas ao mesmo tempo... Se eu visse o Estado pobre, de boa mente faria todos os sacrificios ainda os mais penozos e até comeria sardinha e broa, mas como o Erário nada em riqueza... tambem quero participar da esmola*”<sup>35</sup>. A sensação de que estava a ser tratado com pouca dignidade e o desencanto assumem um tom violento uns dias depois. Em 22 do mesmo mês, além da frustração, escreve com ironia e desassombro: “*Perdoe-me de coração, que tenho hum grande empenho que lhe pedir de rastos. Desgostozo de viver em Portugal, com quem não sympathizo, e temendo que se me não deixe ir comer farinha de pao no Brazil, e dezejando ao menos ir para terra, que por analogia e parentesco me fizesse lembrar da minha, quizera que V. Ex.<sup>a</sup> me alcançasse o despacharem-me para Residente de Marrocos, lugar a criar, e creio sem pretendentes de monta. Neste novo emprego prometto fazer muitos serviços ao Estado, como terei a honra de expor a V. Ex.<sup>a</sup> em huma longa memoria, que já está na forja. Confesso que a mercê hé grande, mas tenho tanto exemplo recente a meo favor, que confio, se V. Ex.<sup>a</sup> me quizer favorecer, se me deffera com maior brevidade a este novo requerimento*”<sup>36</sup>. Mais contundente do que isto seria quase unimaginável. Só uma confiança mútua ilimitada permitia tal linguagem, mesmo que metafórica.

Quando D. Rodrigo deixou o governo (1803), Bonifácio conforta-o, o que ele agradece, incitando-o a que seja prudente com os seus sucessores, com os quais o Intendente trabalhará, i. é, com Luís Pinto de Sousa Coutinho e com Luís de Vasconcelos e Sousa. O verdadeiro (e grande) amigo continua a ser D. Rodrigo e José Bonifácio visitou-o frequentemente nas suas residências nos anos que se seguiram. A troca de correspondência revela dois amigos indefectíveis, comentando, com ironia e sarcasmo, o que à sua volta se vai desenrolando, dando um ao outro conforto e ânimo, na expectativa de melhores dias. Entre 1805 e 1807 as notícias mútuas continuam, mas Bonifácio encontra-se cada vez mais desencantado com os cargos honrosos para os quais fora nomeado e vai regressando à universidade. De lá comunica que enviara uma carta por um seu colega e amigo, pedindo a D. Rodrigo que o receba com fidalguia. Chama-se António José das Neves e Melo, é lente substituto de Zoologia e Botânica, “*cadeiras que dignissimamente tem regido*”. Compara-o a Brotero, podendo até excedê-lo, rematando: “*Não lê só por livros como a maior parte de nossos naturaes; lê e conversa diariamente com a mestra natureza, com quem tem aprendido a mór parte do que sabe...*”<sup>37</sup>. Como se intui, para Bonifácio, a teoria não constitui senão uma parte da verdadeira ciência. Esta sem a experiência não passa de um diletantismo, oco de valor social.

Da correspondência trocada entre estes dois confidentes íntimos, desiludidos ambos do curso das suas actividades, embora por razões diversas, se infere que Bonifácio se vai re-

<sup>35</sup> Carta de 19.11.1802.

<sup>36</sup> SILVA, 2006, p. 468.

<sup>37</sup> Idem, Carta de 12.08.1804, p. 479.

aproximando da universidade, não por convicção e por gosto do ambiente de trabalho que aí encontra, mas porque ela se tornou o seu modo de vida, proporcionando-lhe uma renda fixa e acenando-lhe com uma jubilação honrosa. Além disso, a vida acadêmica não pode considerar-se monótona. Sempre surgem notícias, a propósito de matérias, de professores, de orientações ideológicas, de alunos. Os filhos de D. Rodrigo, João e Victorio, lá estão matriculados e José Bonifácio e Tristão Alvares da Costa da Silveira, amigos da família, encarregam-se de os acompanhar, a pedido do pai. Este confessa que quando era da idade deles, ou menos ainda, lia “*Virgílio, Cícero e resolvia os primeiros problemas de álgebra*”, desejando que eles, ao menos, o igualassem. E os dois acadêmicos ficavam atentos.

Como se sabe, em 1807 D. Rodrigo irá para o Brasil, mas apenas no final do ano. Até lá, Bonifácio continuará a mantê-lo ao corrente de tudo o que julga poder interessar-lhe, como as questões com o carvão, o ferro, os pinhais, as minas, a investigação científica (acerca de cometas), ou os achaques de que tem padecido a sua frágil constituição física (reumatismo, gota, hemorróidas). E a correspondência mútua permanece, manifestando ela cada vez mais desencanto e até pessimismo. A vontade de regressar ao Brasil aparece cada vez com mais insistência. Em carta de D. Rodrigo, de 1804, este pretende dissuadi-lo de tal proposta por estas palavras: “... não me sei acomodar à sua ideia de huma rossa no Brasil e de viver ali em chambre e barrete de folhos, porque não lhe acho figura para esta representação... não lhe acho proporçoens senão para se fazer honrar na Europa, onde se sabem apreciar as suas luzes e se lhe rende justiça”<sup>38</sup>. Porém, em 1806, em carta redigida da quinta que alugara perto de Coimbra, atinge o cúmulo do pessimismo. “*Mas eu, Ex.<sup>mo</sup> Sr., estou doente, afflicto e cançado, e não posso mais com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra, e obtenha a minha jubilação, vou deitar-me aos pés de S.A.R. para que me deixe ir acabar o resto de meus cançados dias nos sertões do Brazil, a cultivar o que é meu. Já saberá V. Ex.<sup>a</sup> que me preparo para isto desde longe: pois já estou lavrador, tendo arrendado aqui huma grande quinta por 600\$ réis por anno, que me tem enriquecido de conhecimentos practicos de agricultura, e empobrecido a magra bolça. Ao menos n’isto quero imitar a V. Ex.<sup>a</sup>. Aqui vou rusticando e durando. De cousas academica não lhe fallo, porque já as saberá por via do Tristão: de politicas estou aborrecido com este melhor dos mundos possíveis, e tomara, passando à América, que o grande Rio fosse o meu Lethes completamente. Temo entretanto cahir em uma inteira misanthropia com quem ando a braços de continuo.*

*Tenha V. Ex.<sup>a</sup> saude e paciencia com os males d’este mundo christão, e ponha-me aos pés da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Gabriella e mais senhoras, e do meu honrado amigo o Sr. Principal, de quem tenho saudades sem conta. Faça-me V. Ex.<sup>a</sup> a mercê de dizer à estimadíssima Sr.<sup>a</sup> D. Gabriella, que para dar um exemplo de imitação de virtudes e boas qualidades, e não podendo tomal-a por comadre por estar de longo tempo engagé, puz o seu auspicioso nome à minha ultima filha, que é muito linda e boa”<sup>39</sup>.*

<sup>38</sup> Idem, Carta de 11.04.1804, p. 476.

<sup>39</sup> Carta enviada de Coimbra, da quinta do Almegue, em 26 de Maio de 1806. Idem, p. 485.

A desilusão era total. Nem a quinta alugada e os trabalhos constantes por ela exigidos o entusiasma. Prestes a completar 43 anos, as consolações que o tocam, reduzem-se às amizades que mantém: D. Rodrigo e sua encantadora esposa, de origem italiana (Gabriela Asinari Di San Marzano), o Principal da Sé de Lisboa, acrescidas, naturalmente, de outras que aqui não refere e a filha mais nova<sup>40</sup>. Falta-lhe o conforto do apoio de D. Rodrigo, uma vez que de Luís Vasconcelos e Sousa, que criticara abertamente na Academia das Ciências, apodando-o de ignorante, nada pode esperar. Por ser um alto funcionário, expõe-se à inércia de outros servidores públicos, que, se podem, o tentam achincalhar, como já havia dado conhecimento a Sousa Coutinho na carta de 30.07.1804, escrita de Coimbra, quando convalescia, e na qual referia: “*demais os justças hoje em dia brincarão comigo, porque não tenho mais a V. Ex.<sup>cia</sup> à testa desta repartição*”. De D. Rodrigo em Portugal, nada mais pode esperar, quanto a peso político. Este mesmo disse lhe dá conta “... *espero não ter mais parte na Couza Publica no resto dos anos que possa viver*”, em missiva de Outubro de 1805. O mal estar do cientista vai-se acentuando e o seu sonho corporiza-se no regresso à sua terra de nascimento, onde pensa poder assumir um papel muito mais útil e eficaz.

Entretanto, a evolução política europeia parece favorecer-lhe os projectos. Os exércitos napoleónicos avançavam em várias direcções e a Península Ibérica não escapará à cobiça e aos planos do general corso. Em finais de 1807, a corte portuguesa desloca-se para o Brasil<sup>41</sup>. Tudo mudará na vida político-institucional portuguesa. D. Rodrigo dela faz parte e na América desempenhará um papel relevante. Vai como um alto funcionário desiludido<sup>42</sup>, mas no novo meio e em contexto diversíssimo recuperará influência e poder. Bonifácio fica à espera das suas notícias, ansioso, mas confiante. Elas tardam muito mais do que imaginara. Em vagas sucessivas,

---

<sup>40</sup> Em 1792 casara, em França, com Narcisa Emília O’Leary, senhora de origem irlandesa, renunciando, a partir de então, às suas saídas de final da tarde, para os lugares de divertimento, envolvendo as famosas “demoiselles”, com seus colegas bolsieiros Câmara Bethencourt e Fragoso. Continuará a ir ao teatro, mas com D.<sup>a</sup> Narcisa. Esta dar-lhe-ia duas filhas, Carlota Emília e Gabriela Frederica. A mais velha casaria com Alexandre Antonio Vandelli e a 2.<sup>a</sup> com seu irmão Martim Francisco, que se tornaria seu genro. D.<sup>a</sup> Narcisa nunca conseguiu evitar que o marido, algo tímido e educado, se envolvesse, uma vez ou outra, com as moças que o rodeavam. A sua vida de errância constante propiciava um comportamento relativamente livre. E o certo é que, no ano em que vai regressar ao Brasil, em 1819, surgiu mais uma menina na família, filha apenas de pai. Já ele contava 55 anos. Partir sem ela, ou levá-la, eis o seu drama. Optou pela 2.<sup>a</sup> hipótese. D. Narcisa teve que ser informada de tudo. Custou-lhe aceitar a situação de facto, mas perdoou a infidelidade ao seu “querido Andrada”, como se lhe referia. A menina embarcou com o pai e as meio irmãs e chamou-se Narcisa Cândida, sendo devidamente registada no passaporte. Muitas outras aventuras deste tipo se atribuem a José Bonifácio, que, perante o belo sexo, perdia o equilíbrio. Aliás, em vários planos, a sua compostura e racionalidade tornaram-se proverbiais. Noutros, não. Corajoso e decidido, manejava bem a espada, envolveu-se em rixas mortais e deixou fama de briguento, além da de boémio, claro. SOUSA, 1988, pp. 105/106.

<sup>41</sup> Muito se tem escrito sobre o alcance dessa decisão, chamando-se-lhe fuga, exílio, cobardia... Parece adequado, a este propósito, transcrever o que afirmou uma luso-brasileira insuspeita: “A decisão de transferir a corte portuguesa para o Brasil não foi, ... ditada pelo pânico. Embora forçada, não foi imprevista. A esquadra portuguesa estava pronta e o tesouro, os arquivos e o aparelho burocrático estavam a bordo, a postos para a retirada... D. João... chegou [ao Brasil] não como um exilado, mas como chefe de um Estado nacional em funções. SILVA, “*O Império...*”, 1986, pp. 382/383.

<sup>42</sup> Em carta de 28 de Março de 1807, conforta-o e confia-lhe os seus sentimentos: “Não approvo o total abandono que quer fazer do optimismo... Eu também fui por longos anos partidista da perfectibilidade indefinida da espécie humana, e talvez a maior pena que tive na minha vida foi quando descobri a falsidade de huma tão lizonjeira opinião. Cf. SILVA, 2006, p. 490.



os franceses invadem o país, matando, pilhando, humilhando as populações, a partir de 1807. Nesse transe, Bonifácio guarda a beca e veste corajosamente a farda, como um bravo. Defende o país, a sua gente, a sua dignidade. Requerera autorização para ir ao Brasil, por um ano, em 1809. Obtivera-a, mas não parte. A situação política exige que pegue em armas, que se aliste como soldado. E fá-lo resolutamente, como veremos. Finalmente, em 1810 recebe carta do seu saudoso amigo. Este, informado do que ocorrera em Portugal, chama-lhe herói “*como eu o considero*”, felicita-o pela Restauração da Pátria e sacia-lhe a curiosidade, confessando o que pensa sobre a terra onde está e onde ficará para sempre: “*Sobre o seu Brasil, pode estar descaçado; são grandes os seus destinos, e o melhor dos Príncipes tem feito a seu respeito tudo o que era possível fazer em tão pouco tempo. Liberdade do commercio, e mais amplo, debaixo dos principios os mais liberaes. Direitos das Alfandegas muito moderados, sendo os maiores 24 por % e huma 1/3ª parte remettida a favor da navegação e propriedade nacional. Nenhum privilegio exclusivo. Declaração que não haverá Inquisição no Brazil, feita no Tratado com a Grã Bretanha. Permissão do estabelecimento de todas as manufacturas. Introdução de todas as culturas preciosas, e que o Brazil ainda não possuibia. Abertura de todas as communicações do interior do Brazil, tanto por agoa, qual o de Goiaz pelo Tocaty [Tocantins], como a do rio Doce, e muitas outras communicações para o Maranhão, para Mato Grosso etc., sem esquecer os estabelecimentos de Guarapuava, na sua Capitania, onde se tem entrado de força para segurar o Pacana e as cabeceiras do Uruguay, e organizando outras novas terras para criação de gados, unir a hum tempo a facil communicação do que se conseguiu no Paiz de Missoens com as Capitánias de S. Paulo e de Rio Grande. Remetto-me ao discurso que o nosso Lisboa fez sobre os beneficios que S.A.R. tem feito ao Brazil, e não quero importuná-lo, nem me sobeja tempo para me ocupar de materia tão agradável. O que S.A.R. tem tambem ordenado a favor de Portugal não ha de deixar de o elevar a hum maior grau de felicidade do que antes possuibia, e a emancipação do Brazil ha de ser-lhe muito util, não obstante tudo o que inquieta os vizionarios que seguem os principios do systema mercantil, e que talvez he a cauza de se não terem executado as Reaes Ordens que tanto terião feito ao Reyno. Apezar do dezejo que tive sempre de o ver aqui, e que espero se verificará brevemente, visto a licença que eu tambem aqui sollicitei, nunca deixei de lembrar-me da falta que fará ao Real Serviço no Reyno, e por isso hé que me não vio tão activo neste ponto*”.

Que bálsamo para a ferida aberta no peito de Bonifácio! O seu amigo augura-lhe o que ele mais deseja para a sua terra: serão “*grandes os seus destinos*”. Aí se construirá um grande império. Apenas falta o regresso. Porém, dele se está a cuidar<sup>43</sup>. Muitos dos seus conhecidos trabalham no Rio de Janeiro, por incumbência do governo. Um deles é Napion, a que acima nos referimos, responsável pela recém-criada fábrica da pólvora. Convites para se lhe juntar não faltam. A sua expectativa é, porém, ir para S. Paulo, agregando-se aos irmãos António Carlos, que é juiz (já regressou, em 1805) e a Martim Francisco, naturalista, como ele e encarregado das minas de S. Paulo. A partir da expulsão definitiva dos exércitos franceses e da consequente Restauração da pátria, a preocupação de regressar torna-se quase obsessiva. Mas já não o acompanharemos nessa fase da vida. Ficar-nos-emos pelo rechaço das invasões gaulesas.

---

<sup>43</sup> Ele apenas ocorrerá em 1819, a despeito de muitas tentativas anteriores, todas falhadas, como em 1809, em 1810, em 1811, em 1817.

## 2. Docente desencantado, mas universitário corajoso

A frequência da universidade, em dois cursos tão diversos no plano curricular, açambarcava-lhe o tempo, ocupando-se ele também, em simultâneo, em outras leituras filosóficas e políticas contemporâneas, como já sabemos. Não sobrava tempo, nem espaço mental para reflectir sobre o conteúdo dos estudos, sobre métodos de trabalho, sobre as estruturas de apoio de que a instituição dispunha, sobre as suas formas de governo, sobre a produção de saber, sobre a eventual inovação e circulação da informação. Por essa razão, enquanto estudante, Bonifácio não fora um crítico sistemático da forma como funcionava o ensino superior nacional. Bem sabia que os professores de Coimbra não se pautavam pelas mesmas exigências científicas dos membros da Academia das Ciências, da qual se aproximou. É bem certo que o curso que socialmente mais prestígio atingia era justamente aquele pelo qual se sentia menos atraído, o de Leis. Mas não se lhe conhecem críticas contundentes à velha universidade, onde se graduara, até 1800. Porém, a sua estadia, durante uma década, nos lugares cientificamente mais avançados da Europa, redundaria fatalmente numa comparação, a qual só poderia tornar-se pouco lisonjeira para o estado do ensino e da ciência em Portugal. Regressara e dera conta do que vira e aprendera, sugerindo, em carta a D. Lourenço de Lima, da qual foi enviada cópia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o que urgia fazer em Portugal para que fossem aproveitadas as suas riquezas minerais, tanto no continente, como em Angola ou no Brasil. As minas eram olhadas na época como uma das maiores riquezas de que os povos deveriam usufruir. A sua missiva e as recomendações de que foi alvo por parte dos diplomatas portugueses surtiram efeitos imediatos. Começaram as nomeações em catadupa, sobretudo a partir de 1801. Neste ano, com efeito “*para promover e activar cada vez mais o restabelecimento das nossas minas e fabricas mineraes e para fomentar igualmente todos os conhecimentos assim practicos como theoreticos deste importantissimo ramo de instrução publica dignou-se o mesmo Senhor (D. João) nomear-me Lente proprietário da cadeira de metallurgia na Universidade de Coimbra, de que se me passou carta aos 20 de Maio de 1801*”<sup>44</sup>. A partir de então, o ilustre santista, aos 37 anos de idade, tornou-se professor da universidade em que se formara<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> Carta a D. Rodrigo, de 26.07.1802. Cf. SILVA, 2006, p. 463

<sup>45</sup> No Livro 1 dos *Actos Grandes e Graos de Doutor da Faculdade de Filosofia*, de 1780-1801, lê-se, na folha 76: “Incorporação de Grao de Doutor na Faculdade de Filosofia de Jozé Bonifácio de Andrada e Silva, filho de ... e bacharel na mesma Faculdade que SAR foi servida mandar graduar na forma da Carta Regia de 15 de Abril de 1801, registada no livro 3º do Reg.º Geral, a fol. 79 vº. “*Aos 20 de Junho de 1802 na Salla Grande dos Paços Reaes desta Universidade, tendo precedido as legalidades do costume, o R. P.º Concelheiro, o Senhor D. Theotonio de N.ª S.ª da Porta... deu o grao de Doutor em Filosofia ao bacharel Joze B. de Andrada e Silva, na forma dos Estatutos e Carta Regia...*” Portanto, como já referimos, a partir de 1801, ei-lo doutor pleno. Era o reconhecimento do seu mérito e fruto dos seus altos patrocínios.

Logo no dia seguinte, prestou ele juramento e tomou posse de 5º lente da cadeira de Metalurgia, a qual lhe foi dada pelo Doutor Rev.º José Monteiro da Rocha, do Conselho do Príncipe Regente, comendador da Ordem de Cristo, decano da faculdade de matemática e director perpétuo da mesma faculdade, que já era professor responsável pela educação do príncipe D. Pedro, futuro regente e imperador do Brasil. Bonifácio conhecia, pois, o mestre do seu futuro amo, o que os deve ter aproximado, naturalmente. Por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dada em 11 de Julho de 1801, se mandava abonar-lhe os ordenados da universidade, mesmo que ele estivesse ausente.

Cf. *Livro dos Juramentos*, 1772-1812, f. 57, v.º

A primeira contrariedade a ultrapassar decorria da conciliação entre as obrigações docentes, que exigiam a sua morada fixa em Coimbra e as tarefas de que também estava incumbido, ou seja, da prospecção de minerais em todo o país e da supervisão e intendência geral das minas. Além disso, fora ele ainda incumbido de reger um curso docimástico na Casa da Moeda, em Lisboa. Nessa circunstância, “*Foi S.A.R. servido ordenar a V. Ex.<sup>cia</sup> me ouvisse sobre o modo de salvar este inconveniente, para que se descobrisse a maneira de empregar utilmente e regular o melhor possível o meo tempo*”<sup>46</sup>. A proposta que apresentou considerava de maior urgência o curso na Casa da Moeda e o início do funcionamento das ferrarias, bem como a aplicação de uma bomba, encomendada na Inglaterra, em poços e galerias de esgoto de águas.

E o curso de metalurgia, criado para si? Retardar-se-ia o seu início por um ou dois anos, sem grande prejuízo. As razões invocadas são de vária ordem, porque embora a cadeira seja utilíssima e necessária, a sua pertinência e interesse ainda não foram explicados aos potenciais candidatos. Assim, “*Quando muito terei annualmente hum até dois discípulos, que frequentem a minha aula, vista a falta de entusiasmo da mocidade escolastica para uma tal sciencia, em si pouco amena e mui difficiltosa; e pela falta igualmente de arrumação e empregos uteis para os bachareis em philosophia*”. Esta limitação já de si impunha prudência e algum esclarecimento junto dos eventuais interessados.

Porém, as dificuldades aumentam, dado que “*esta nova cadeira exige alumnos ja com todos os conhecimentos theoréticos e practicos da mineralogia e geologia, que se não encinão de modo nenhum na Universidade e de phisica e phoronomia, que poucos ou quazi nenhuns tem*”<sup>47</sup>. Aqui surge, de forma elegante, mas veemente, uma crítica aos curricula da velha instituição. E ela intensifica-se, ao referir o que tal curso exige ainda, a saber: busca, descobrimento de metais e minerais no seio das montanhas, arquitectura subterrânea, escolha e uso de ferramentas próprias, ou seja, o 1º ano dessa cadeira limitar-se-ia à montanística, com suas lições, excursões, trabalhos práticos de moendas, lavagens, queima. Na sequência dessas exigências básicas, acerta uma pancada forte na instituição que o formara: “*Tudo isto se não pode fazer em Coimbra, onde não há minas, nem officinas, nem os estudantes estão pelos estatutos obrigados a semelhantes excursões e trabalhos, nem tem dinheiro para as fazer*”. Acresce a isto que a metalurgia, ensinada adequadamente, vai muito mais longe, implicando a docimasia, a arte fusória e suas máquinas, as levadas de água e outros aspectos. É deste modo que ela é concebida e ensinada na Europa Central. É assim que ele a pensa para lhe conferir dignidade e utilidade pública. Não se ficam, todavia, apenas por aqui as suas observações pertinentes. Uma outra o scandaliza: “*... descontados os dias santos, prèstitos, quintas-feiras e as ferias pequenas e grandes, fica reduzido o anno lectivo na Universidade, quando muito, a quatro mezes effectivos e neste curto espaço de tempo he impossivel ensinar coiza que valha*”<sup>48</sup>. Perante este quadro, seria adequado inquiri-lo sobre a utilidade da cadeira criada efectivamente para ele leccionar. Imaginando a questão, antecipa-se a responder: “*Verdade hé que nas Universidades só se procura dar as primeiras linhas dos conhecimentos scientificos*”, remetendo-

---

<sup>46</sup> SILVA, 2006, p. 461.

<sup>47</sup> Idem

<sup>48</sup> Idem

se uma especialização a fundo para outros níveis de ensino. Bonifácio aceita o encargo da cadeira, mas percebe-se, pelo seu texto, que ele não é a sua preocupação nem mesmo ocupação primordial. Aliás, o Regente nomeou-o lente, mas, ao mesmo tempo, atribuiu-lhe numerosos encargos, que exigiam a sua constante presença e mobilidade.

Ao longo da sua docência universitária, viu-se forçado a passar numerosas procurações a amigos de confiança para que, em seu nome, levantassem na universidade o seu ordenado e lho remetessem. Eis um exemplo: “*O Doutor José B. de A. e Silva do Dezembargo de SAR Lente Proprietario da cadeira de Metallurgia Intendente Geral das Minas e Metaes do Reino Cavalleiro Professo da Ordem de Cristo: Por este meu Alvará de Procuração constituo meu bastante procurador o Senhor Belchior Pinheiro de Moura para em meu nome e como se eu presente fosse receber do cofre desta Universidade a quantia de duzentos mil reis... Coimbra, 8 de Outubro de 1804*”<sup>49</sup>. Ainda em 22 de Junho de 1821, quando já havia regressado ao Brasil, Bernardo de Sousa Barradas, recebia da Fazenda da Universidade de Coimbra 400\$000 em seu nome, como seu bastante procurador. Portanto, desde a nomeação, este Lente se apresentava aos poderes públicos pessimista e desencantado com o labor universitário. Sentia-se muito mais um homem de acção do que um Escolástico, para usar a sua própria expressão, ao que parece algo depreciativa. Dotado de um forte sentido crítico e pragmático, não se deixava embalar em falsas ilusões. Preferia parecer rude, por vezes indelicado, mas cultivava o sentido da perfectibilidade, tanto no plano humano, como na vida profissional. E batia-se galhardamente pelas suas convicções, sem nunca vergar no essencial, como demonstrará repetida e fartamente na sua actividade política após 1822. A sua frieza de análises e o seu sentido construtivo ficaram patentes desde bem cedo, pois ele não contava mais do que 39 anos. Neste aspecto, jamais mudaria.

Uma coisa não suportava ele na esmagadora maioria dos mestres de Coimbra e dela se demarcava com uma ironia mordaz. Considerava-os auto-convencidos, enfatuados, vaidosos, possuidores de um saber apenas livresco e oco de significado. Quase lhe mereciam desdém, salvo algumas – e honrosas – excepções, que, aliás, refere ao longo das suas cartas. O círculo onde se discutiam questões mais interessantes que lhe “*ralavão a paciência*” e lhe “*espertavão o sangue*”, mas o entusiasmavam, encontrava-se longe da universidade. A esta e à cidade que com ela se confundia chamou ele *Pedantopole* um dia<sup>50</sup>. Comentários para quê? A universidade que reencontrou a partir de 1801 desiludi-o, pois, profundamente. Nunca, porém, dela se desligaria. Além de lhe pagar, garantia-lhe uma jubilação honrosa. Por essa razão se manteve nos seus quadros, uma vez que todas as outras honras e cargos se revelaram efémeros e de escassa utilidade, de acordo com a rudimentaridade da administração pública e seus consequentes bloqueios.

Todavia, não podia queixar-se da velha universidade, como muito mais tarde expressará nas páginas de *O Tamoio*. Nela adquirira as bases de tudo o que conseguira vir a ser na vida pública. A formação nela recebida o projectara para sempre. É certo que a criticara, às vezes com exagero e sobre ela subscrevera juízos rigorosíssimos. Isso, porém, se ficara a dever ao alto conceito que dela interiorizara, mesmo antes de a frequentar e conhecer. O seu perfeccionismo permanente

---

<sup>49</sup> Cf. Fac. Filosofia IV-1ªD-8-5, cx. 326.

<sup>50</sup> Idem

e o grau de exigência, que em tudo colocava, impeliam-no a buscar a excelência em tudo. Não pactuava com um certo ritual ultrapassado e com a vaidade oca de muitos dos seus docentes. Que enormes diferenças com algumas das suas congêneres do centro europeu. Por que não acercar-se mais das orientações destas e da sua estrutura de funcionamento? A crítica clarividente e construtiva pode (deve) tornar-se um meio de buscar a perfeição. Por isso ele denuncia, zurze, mas sabe respeitar e até ser grato.

Na verdade, nunca pôde esquecer-se que a cadeira de metalurgia foi criada expressamente para si, por sugestão e interferência do seu poderoso amigo D. Rodrigo de Sousa Coutinho junto do Príncipe. Aliás, desde a sua criação, em 1801, que ele ficara a ela adstrito, mas com uma total capacidade de manobra e flexibilidade pessoais. Assim, com assinatura de D. Rodrigo se lavrou no Paço este despacho: “*O Príncipe... houve por bem resolver que José Bonifácio de Andrada e Silva lente proprietário da nova cadeira de metalurgia... seja nella contado como presente para o Ordenado e quanto mais lhe pertencer desde a data desta nomeação sem embargo de ainda ter demora na Corte a bem do Real Serviço e desempenho das suas obrigaçoens. O que participo a V. Ex.<sup>cia</sup> para que assim a faça executar. Paço, em 11 de Junho de 1801*”<sup>51</sup>. Mas, logo no ano seguinte, novo despacho assinado pelo visconde de Balsemão e dirigido ao Reitor da Universidade corroborava que “*tendo em conta que os muitos e constantes trabalhos de que se acha encarregado o Intendente Geral das Minas e Metais do Reino José B. de A. e Silva exigem a sua continuada assistência muito particularmente em quanto estão no principio quaes são os Estabelecimentos de Fundição e Officinas de Ferro, a direcção da mina de carvão de Buarcos e a abertura de nova mina em a Ericeira e o Curso Docimastico na Caza da Moeda. Hei por bem que em atenção aos sobreditos trabalhos em beneficio do Real Serviço o mesmo Intendente Geral possa estar ausente da Universidade por espaço dos dois annos lectivos proximos seguintes vencendo tanto o ordenado como quaisquer emolumentos que hajam pertencer-lhe e sendo contado para este fim como se fora presente... Paço, em 9 de Agosto de 1802*”<sup>52</sup>. E a verdade é que assim ocorreu, de facto. Bonifácio ausentava-se de Coimbra sempre que queria, sem necessidade de qualquer autorização suplementar. Mais. A sua cadeira de metalurgia não havia começado a funcionar em 1807, o que colocava à universidade um sério problema. Na verdade, dizia-se em 9 de Outubro que “*a cadeira de metalurgia ainda não se abrio, porque José Bonifácio continua a estar doente, (violento achaque de hemorróidas que o obrigava a estar deitado) e o Vice-reitor entra na dúvida se o Demonstrador a deve abrir*”. Percebendo a delicadeza da questão, Bonifácio entregou ao responsável universitário os seus “*cadernos competentes para a dita abertura*”. Nessa mesma consulta se afirma que “*a regencia das cadeiras de Botanica e Historia Natural*” foram entregues ao seu colega e amigo Dr. Neves, i. é, António José das Neves e Melo. Como se vê, até 1807 a cadeira de metalurgia não funcionara, abrindo nesse ano, através da orientação dos seus cadernos, ao que parece, mas por interposta pessoa. Daí em diante, tudo indica que ela funcionou, a despeito das perturbações provocadas pelas invasões francesas que afectaram o normal funcionamento da velha instituição. Na verdade, em 1810,

---

<sup>51</sup> Carta de D. Rodrigo de 30.07.1804. No mês seguinte, dirigindo-se ao mesmo aristocrata e confidente, refere o nome de um colega coimbrão, de nome Tristão, o qual lhe pareceu “muito afflito pelas pedantarias da Universidade”. Carta de 4 de Agosto de 1804. A.U.C.: IV – 1ª E-4-2-1.

<sup>52</sup> *Ibidem*

Jose Bonifácio requer, como lente, que, mercê da invasão francesa da província do Minho (a 2ª) foram parar ao porto de Lisboa vários caixotes com os “*Petrechos Mecânicos*”, marcados uns com as suas iniciais, JBAS, outros sem elas, produtos metalúrgicos, livros e papéis que lhe faziam imensa falta, pois “*lhe são actualmente de muita necessidade para os trabalhos de sua profissão*”. O requerimento foi datado em Coimbra, em 20 de Junho. Portanto, a partir da Restauração da Pátria, tudo indica que a metalurgia tenha funcionado regularmente e que o seu lente proprietário a tenha orientado directamente. Com o desencanto crescente provocado pela presença inglesa em Portugal, Bonifácio reaproximou-se da universidade, a despeito das suas constantes ausências de Coimbra. Na verdade, foi-lhe necessário passar sucessivas procurações para que, por si, recebessem os seus honorários universitários. As procurações exibem as datas de 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1815, 1817, 1818, denotando as respectivas ausências. Em 1812, a Junta da Fazenda da Universidade pergunta se deve continuar a pagar-lhe. E, em despacho assinado no palácio do governo, em 30 de Abril, o Príncipe manda que se lhe pague, como se ele estivesse presente “*atendendo a ele ter sido encarregado pelo governo destes Reynos de importantes comissões muito úteis ao seu Real Serviço*”. O despacho foi comunicado por João Antonio Salter de Mendonça ao senhor Francisco António da Fonseca Montanha, responsável pelo governo da universidade. Aliás, três anos antes, portanto, em 22 de Dezembro de 1809, os mesmos intervenientes comunicavam entre si que o Príncipe autorizara o professor de metalurgia, o desembargador J. B. A. e Silva, a ausentar-se para o Brasil durante um ano. Ele não poderia nunca queixar-se da falta de magnanimidade do Regente relativamente à sua pessoa. Continuaria professor, mas dispondo de total liberdade. A instituição talvez lhe manifestasse algumas reservas. Porém, quanto a ele, como docente, não se conhece qualquer crítica desfavorável.

Este lente, de estatura abaixo da meã, magro, de rosto pequeno e redondo, onde se destacava um nariz curvo e algo aristocrático, com olhos pretos, miúdos e muito brilhantes, cabelos negros, finos e lisos, usando casaca castanha, calças compridas e chapéu redondo, exibindo as insígnias da Ordem de Cristo, suspensas na jaqueta juntamente com uma espécie de corneta de fita vermelha, distintivo da magistratura, como o descreveu o barão de Eschwege, que com ele privou, falador e muito arguto<sup>53</sup>, versado em várias línguas, desde as clássicas às modernas, demonstrou, em momentos de aperto, uma espantosa coragem, um estranhado amor à liberdade e um apego forte aos sentimentos pátrios. As sucessivas invasões francesas revelá-lo-ão também como um militar de gabarito, encarregado de missões delicadas e pronto a arriscar a vida pelos seus ideais. Acerquemo-nos desta marca da sua rica personalidade.

Em finais de 1807, (30 de Novembro) começou a entrar em Lisboa o exército da Gironda, comandado por Junot, consumando-se, desse modo, a 1ª invasão francesa. Recebido com desconfiança, mas, a princípio, sem violência, cedo se manifestou a revolta da população, que jamais admitiria passivamente as cláusulas do tratado de Fontainebleau (perda da independência). Iniciada a reacção popular, Junot procurou dismantelar o exército português, licenciando uma parte dos seus efectivos e mandando a outra para França, compondo a famosa Legião Estrangeira,

---

<sup>53</sup> COSTA, 1974, pp. 69/70.

posta ao serviço de Napoleão<sup>54</sup>. Uma parte significativa da população reagiu às insinuações e aos abusos de Junot e dos seus homens. Entre os inconformados, encontrava-se a elite da Universidade de Coimbra, disposta a lutar pela independência. Esta enviou à capital uma delegação, composta por dois lentes, “*para irem a Lisboa como deputados da Universidade aos governadores do Reino e ao gen. Junot*” expor os seus pontos de vista. Os enviados chamavam-se Simão de Cordes Brandão e José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos doutores. Do resultado da diligência nada se sabe, a não ser que o Cofre Académico lhes pagou uma ajuda de custo individual (192\$000 a cada um), por ordem de D. Francisco de Lemos<sup>55</sup>. O documento exhibe a data de 21 de Dezembro de 1807, sendo a 1ª referência à acção de Bonifácio em oposição aos franceses invasores. As crueldades e insolências destes levantaram protestos e iniciaram-se os movimentos de reacção. Coimbra assistiu, no mês de Junho, à acção armada. Todos se uniram entregando o governo militar da cidade nas mãos do vice-reitor Manoel Paes de Aragão Trigoso, pessoa muito estimada e consensual. E os estudantes da velha instituição começaram a alistar-se para, organizadamente, expulsarem os franceses dos lugares de que estes se haviam lentamente apoderado, nas imediações. Temia-se um ataque à cidade especialmente do famoso general Loison, o maneta, sobre o qual corriam loas de uma crueldade indiscriminada. Faltavam munições na cidade. Para as confeccionar foi chamado o lente de química Tomé Rodrigues Sobral, que se encarregou do fabrico de pólvora. Os cartuchos ficaram a cargo de José Bonifácio, cuja confecção passou a supervisionar. Na iminência de um ataque de Loison, sobre Coimbra, foram organizados batalhões, compostos na maioria por estudantes voluntários, comandados pelos seus lentes. Assim se organizou o Corpo Militar Académico. Tratava-se dos voluntários que trocaram a beca por um uniforme militar, pago por cada um deles. Os Voluntários Académicos, como passaram a ser conhecidos, começaram a agregar os mais generosos e destemidos do escol universitário. Não seguiremos as suas diligências anti-francesas, a propósito da expulsão dos homens de Junot. Limitar-nos-emos ao papel desempenhado durante as invasões pelo lente de metalurgia José Bonifácio.

Encontrá-lo-emos graduado, primeiramente em sargento e depois em major no Corpo Académico, logo em Janeiro de 1808. Era o início de um percurso de coragem e patriotismo. Este revelou-se, à saciedade, a propósito da 2ª invasão, aquela que atingiu o Porto, em Março de 1809. Um livro manuscrito, existente no Arquivo da Universidade relata o que sucedeu e como estava organizado o Corpo Militar Académico. O seu autor foi o 3º lente de Cânones José Inácio da Rocha Peniz. Por ele se ficou a conhecer a acção de Bonifácio nesse período delicado por que passou o país. O medo apoderou-se da região centro, uma vez que o objectivo de Soult e dos seus homens era marchar sobre a capital. Coimbra e sua região prepararam-se para o embate frontal com o exército inimigo. Comandava superiormente as forças nacionais o gen. Nicolau Trant. Por ordem do vice-reitor Aragão Trigoso “*congregou-se o Corpo Militar Académico*”. Foram escolhidos logo os oficiais maiores para comandarem 206 fuzileiros e 80 artilheiros, conduzidos eles pelos lentes Fernando Fragoso de Vasconcelos, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Inácio R. Peniz e Manuel Serpa Machado. Os franceses, após passarem o Douro,

---

<sup>54</sup> ARTUR, 1901 e BANHA, 2007.

<sup>55</sup> A. U. C. Invasões Francesas IV-1ªE-4-2-1-1.

avançaram para Grijó, Feira e Ovar. Foi então que o Corpo Académico se lhes opôs, partindo de Coimbra e avançando para Águeda. Ai “*compoz-se delle a Presidencia e Vogaes do Conselho Permanente da Segurança e Policia do Exercito*”, cujo objectivo era impor a ordem e a disciplina, reprimir a insubordinação, castigar a espionagem e tranquilizar os habitantes. Este Corpo avançou sempre para norte e entrou finalmente no Porto, onde combateu valorosamente as tropas de Soult, expulsando-as em direcção à fronteira com Espanha.

José Bonifácio já tinha experiência deste tipo de combates, pois, em 1808, fora graduado no posto de sargento, tendo frequentado “*os exercícios com exactão. Apresentou-se com farda e espada, concorrendo para as despesas da sua companhia. Offereceu-se para hir com o Exercito que hia restaurar Lisboa*”<sup>56</sup>. Agora, na 2ª invasão ser-lhe-á entregue um lugar de maior destaque na hierarquia militar. Com efeito, o 5º lente da faculdade de Filosofia, que integrava as forças sob o comando de Nicolau Trant, saiu de Coimbra, em direcção ao norte, em 31 de Março de 1809, integrando o seu Estado Maior e graduado em tem. coronel. Ao chegar a Águeda, o Corpo Académico estacionou e todas as forças foram reestruturadas. Foi então que Bonifácio “*pricipiou a servir no Conselho de segurança do Exercito. Acompanhou depois desde a passagem do Vouga até que no Porto foi nomeado Inspector Interino da Policia da mesma cidade e seo Districto*”. Em a “*Ordem do Dia 14 de Agosto de 1809 o Ill.º e Ex.º Sr. Marechal Beresford, condescendendo com a sua representação, lhe concedeo que se retirasse, fazendo publico ao Exercito a grande approvação que merecião os seus bons Officios...*”<sup>57</sup>. Nesta 2ª invasão francesa coube-lhe, pois, uma função chave: integrar o Estado Maior, como sub-chefe e presidir ao Serviço de Segurança do Exército, de capital importância, mercê da espionagem inimiga, das delações constantes, da “caça” indiscriminada aos afrancesados, actuando ele na triagem constante dos boatos, cujo objectivo era alvoroçar permanentemente as populações.

Mesmo antes de deixar Coimbra, rumo ao norte pareceu prudente fortificar a cidade, antes de a entregar aos cuidados e comando do lente de cânones Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos, ten. coronel do Corpo Académico. A escolha para o planeamento e execução das obras, de fortificação coube ao então major José Bonifácio, bacharel em Leis, lente de Metalurgia, Desembargador da Relação e casa do Porto. “*Este varão... animava com a sua presença e actividade os Obreiros anciosamente empregados na factura de huma bateria e fôso na Ponte e însua de Agoa de Maias...*”<sup>58</sup>. Em 4 dias a obra, planeada pelo Superintendente das Obras de encanamento do Rio Mondego, ficou pronta, de acordo com a encomenda e o desejo do gen. Trant. Como se disse, deixando Coimbra, o exército de cavaleiros, artilheiros e infantess avançou para norte, agora caminhando para Aveiro, onde Trant o esperava. Foi nesse movimento que se avistaram à distância inimigos a cavalo. Nesse momento, o comandante da força lusa, José Bonifácio “*com a mais louvavel e assombrosa intrepidez os foi reconhecer*”, pondo-os em fuga, já na região do Corvo<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. *Livro Mestre do Registo do Corpo Militar de Lentes Oppositores, Doutores e Professores Voluntarios Academicos*, formado para cooperar quando lhe for possível para a feliz Restauração do suave Governo do Príncipe Regente N. S., f. 2. (Trata-se da 1ª invasão francesa, claro).

<sup>57</sup> Cf. A.U.C. *Relação dos Academicos e Agregados que servirão no Corpo Academico Militar* em as Expedições do Vouga e Porto e nas Marchas do Porto para as Fronteiras em o anno de 1809.

<sup>58</sup> SILVA, 1809, p. 7.

<sup>59</sup> *Ibidem* e também *Memorias Relativas ao Corpo Militar Academico*, Livro 6º, 1ª 1.1.6. fol.4.



Este continuou sempre a comandar os seus homens, expondo-se ao perigo iminente. Pelo caminho, alguns réus de alta traição, postos ao serviço dos esbirros franceses, foram sentenciados à morte, para que o seu exemplo desencorajasse outras atitudes idênticas. Bonifácio, recorde-se, como juiz e integrante do corpo de Estado Maior, mandou aplicar a lei com rigor. Era a ele que competia esse cargo, como se lê na Ordem do dia de 12 de Abril de 1809: “o S.<sup>or</sup> Comandante de Divisão de Entre Douro e Mondego estabeleceu hum Conselho permanente para examinar as Espias e revistar os passaportes e decidir quaesquer contendas que possa haver entre os individuos dos differentes corpos que compoem a sobredita Divisão. Pois que o sr. comandante não pode tomar conhecimento miudamente e continuadamente destes acontecimentos, os Officiais que compoem o sobredito Conselho serão os Senhores José Bonifácio de Andrada, major do corpo académico... Quartel general no Sardoão, assinado: D. Pedro de Sousa Holstein., ajud. gen.<sup>ab60</sup>. Pertencendo ao quartel general, sediado em Águeda, como sub-chefe de Estado Maior, o 5º lente da Faculdade de Filosofia, integrou-se nas forças que marchavam sobre o Porto, para o libertar das tropas do duque da Dalmácia, o odiado Soult. Entre a Terra da Feira e Gaia, o Corpo dos Militares Académicos, comandado pelo já ten. coronel José Bonifácio, “*varão d’huma valentia sem termos*”, avançou até ao limite sugerido por Trant<sup>61</sup>, para entrar na cidade do Porto, a 12 de Maio. E o autor da *Narração das Marchas e Feitos do Corpo Militar Academico* remata o seu relato sobre os briosos universitários reconhecendo que “*com os livros na esquerda, e na direita a espada*” eles souberam ser dignos da sua instituição e da sua pátria.

Não terminara aqui a demonstração de brio e de patriotismo do lente de Filosofia Natural. Na sequência da 3ª invasão francesa, o Corpo Académico solicitou autorização para “*novamente se organizar para empregar na defeza deste Reino o seu Patriotismo*”. O Príncipe “*anuindo aos seus desejos houve por bem determinar que elle reunisse, commettendo a sua organização e o seu commando ao Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, a maior patente do dito Corpo, que se achava em Lisboa, em 28 de Novembro de 1810*”<sup>62</sup>. Na mesma ordem, se afirmava que logo que cessassem os motivos da mobilização, o corpo se dissolveria para que os seus integrantes se pudessem dedicar à sua carreira académica.

Esta relevante folha de serviços, no âmbito militar, levara-o a acrescentar antes ainda mais uma função ao seu brilhantíssimo palmarés. Com efeito, no livro onde se registaram as atribuições dos universitários, lê-se: “*Accompanhou e servio desde o principio enquanto o não distrahiu o outro Serviço no Conselho de Segurança para que foi nomeado a 12 de Abril [1809]. Acompanhou e servio depois desde a passagem do Vouga até que no Porto foi nomeado Inspector Interino da Policia da mesma Cidade e seu Destricto. Adiante do Corvo offereceu-se para hir comandar huma Guarda avançada de 100 Academicos*”<sup>63</sup>.

Sobre esta função transitória de José Bonifácio as fontes não são concordantes. Um chamam-lhe Inspector interino, enquanto outras o designam por Intendente interino e

<sup>60</sup> Cf. *Ordens do Dia, Avizos e Cartas relativas ao Corpo Académico*. Livro n.º6, fol. 69 vº.

<sup>61</sup> Idem, pp. 21/22.

<sup>62</sup> A.U.C. *Memorias Relativas ao Corpo Militar Academico*, Livro 2º, fol. 4.

<sup>63</sup> A.U.C. Livro 6º, onde se registam os dados dos elementos constitutivos do Estado Maior.

superintendente da Alfândega. Após uma pesquisa cuidadosa, mas pouco frutífera no Arquivo da Torre do Tombo sobre os Livros da Intendência, conseguiu-se apurar que a partir de 9 de Junho de 1809, todos os casos ocorrentes no Porto e províncias do norte deveriam ser endereçados a José Bonifácio de Andrada, interino intendente da polícia. Antes dele as queixas estavam a ser dirigidas ao corregedor de Guimarães, que também servia o mesmo cargo no Porto<sup>64</sup>. Portanto, desde o início de Junho, restabelecer-se a intendência de polícia do Porto, à qual eram dirigidas inúmeras queixas: contra espíões, afrancesados colaboradores do inimigo em fuga, roubos, escritos sediciosos e outras questões do foro jurídico e policial. Assim, em ofício enviado do Porto para o intendente geral da polícia, em 6 de Junho de 1809, perguntava-se o que fazer após se terem apreendido proclamações sediciosas, que ainda não haviam chegado a Lisboa. Além disso, inquiria-se também que medidas adoptar para fazer face à ordem pública. A verdade é que a 10 de Junho os papéis sediciosos, constituídos por Proclamações, Editais, Decretos e outros, impressos no Porto, começavam a ser distribuídos na capital, sendo um deles particularmente visado, designado por **O Dezengano**<sup>65</sup>. Uns dias mais tarde, o livro refere: “*O corregedor da comarca do Porto me envia neste correio o Edital que ponho na presença de V.A.R. para conhecimento da jurisdição que alli exercita José Bonifácio de Andrada*”<sup>66</sup>. O edital continha a seguinte ordem: “*Mando que todos os que souberem dos Autores dos papeis incendiários, que se publicarão nesta Cidade, debaixo do intruso Governo Francez, os venhão delatar a esta Intendencia de Policia, para que pelos modos legaes se desagrave a Soberania offendida, e se contenhão para o futuro os Traidores, e Aleivosos como exemplo do castigo, que merecem tão abominaveis maquinações. Dado, e passado nesta Cidade do Porto aos 5 de Junho de 1809. O Dr. Dz.ºr José Bonifácio de Andrada e Silva*”. Que jurisdição? A de intendente, pois em ofício de 14 de Julho, o desembargador corregedor da cidade do Porto afirma “*que José Bonifácio de Andrada continua a exercer as funções de Intendente Geral da Policia, tendo para seu ajudante ao Doutor Matheos de Souza Coutinho; e havendo criado hum secretario de Policia, que passa passaportes, fazendo nisto innovaçoes a que prudentemente se não tem o dito Corregedor opposto para evitar conflicts...*”<sup>67</sup>. A referência seguinte, sem data aliás, mas que se presume possa ser ainda de finais de Julho ou Agosto, emanada do corregedor do Porto, refere, laconicamente, que José Bonifácio deixara as funções de Intendente Geral da Polícia, entregando todo o expediente em seu poder ao chanceler governador das justiças daquela Relação (do Porto). A nosso ver, o lente de Metalurgia, cumulado de distinções e cargos, procurou reestruturar a Intendência do Porto, como lhe parecia oportuno, mas, por essa razão, atraíu sobre si a desconfiança e a reserva dos mais retrógrados juristas da Relação. Isso provocou-lhe um sentimento de enfado e de desconforto, precipitando o desejo de regressar à universidade e aos numerosos outros cargos profissionais de que ainda se achava incumbido, deixando este. Solicitou escusa ao marechal Beresford, comandante em chefe, de todos os cargos a que ele acedera, na sequência da guerra. A Intendência Geral da Polícia nestes se englobava. E o certo é que Beresford condescendeu com o seu pedido e aceitou a demissão do cargo, em 4 de Agosto de 1809, a partir de um

<sup>64</sup> (A.N.T.T.) Intendência Geral da Policia, Livro n.ºX, fol. 165.

<sup>65</sup> Idem, f. 163 vº

<sup>66</sup> Idem, f. 177 vº.

<sup>67</sup> Idem, ff. 195, vº e 196.

despacho dado no quartel general, em Almeida. Louvava-lhe, contudo, “*as melhores provas do seu patriotismo, conhecimentos e valor*”<sup>68</sup>. Portanto, pelo menos a partir do início de Agosto, José Bonifácio abandonava o cargo de Intendente Geral da Polícia do Porto, organismo cuja complexidade de atribuições e de decisões exigia, ao que parece, profunda transformação. O seu regresso à vida civil estava consumado. Na sequência disso, em 28 de Julho de 1810, ele solicitava ao governador de armas do Porto Nicolau Trant que lhe fossem fornecidos os meios para empreender o restabelecimento das Minas, de acordo com o seu projecto, superiormente aprovado. As do Pejão, perto do Porto, estavam quase inactivas porque os respectivos mineiros haviam sido mobilizados por Trant. Daí a sua inquietação. Os “*Pérfidos Franceses*” tinham sido expulsos, mas os estragos por eles provocados continuavam<sup>69</sup>.

Contudo, uma convulsão longa como aquela que foi provocada pelas invasões francesas teria fatalmente consequências, a vários níveis. Uma delas terá sido desencadear alterações no policiamento das cidades, o que ocorreu pelo Alvará de 28 de Maio de 1810. E uma questão de fundo se poderá colocar com legitimidade: até que ponto a passagem de José Bonifácio pela Intendência não as terá sugerido ou precipitado? Durante dez anos percorreu ele os países mais avançados da Europa. Como jurista, ter-lhe-ão escapado as medidas mais avançadas aí introduzidas em tais matérias? Parece legítimo questionarmos sobre isto a documentação existente. Que ele introduziu alterações ao funcionamento da Intendência, não há dúvida. Em que sentido? Ficar-lhe-emos a dever mais alguma achega importante para a modernização das estruturas do país? A investigação continua. Esperemos que surta alguns efeitos<sup>70</sup>.

Ficar-nos-emos por este período de vida de José Bonifácio. Até 1819, data do seu regresso ao Brasil, as marcas que foi deixando em Portugal continental, foram-se diluindo progressivamente. Emergirá daí em diante o homem público na sua terra natal. Essa história, contudo, ultrapassa os objectivos deste trabalho.

Em 1812, elegeram-no os sócios da Academia das Ciências seu secretário. Era mais uma honra. Agora dedicar-se-ia mais às questões da actualização e discussão científica, nas áreas da sua especialidade, em que produziu muitos e originais trabalhos, no âmbito dessa prestigiada instituição. Só se despediu dela ao regressar ao Brasil, conforme o discurso de 24 de Junho. Mas os seus colegas recordavam-no com respeito e admiração, particularmente os que o conheciam há muito<sup>71</sup>. Voltava às suas origens com 56 anos feitos, carregado de prestígio e de ideias. Por estes lutaré bravamente, como sempre o fizera e nem sempre de forma consensual. Aí ganhará direito a que o viessem a considerar o Patriarca da Independência, havendo-se transformado, nos últimos anos, no tutor do futuro imperador Pedro II. Enobreceu as suas duas Pátrias.

\*\*\*\*\*

<sup>68</sup> A.U.C., Livro 6º, f. 95.

<sup>69</sup> A.H. Militar (Lisboa), Processo individual de José Bonifácio de Andrada e Silva.

<sup>70</sup> Agradecemos à colega (e amiga) Maria José Moutinho Santos as suas achegas sobre esta passagem de José Bonifácio pela Intendência da Polícia no Porto.

<sup>71</sup> É o caso, por exemplo, de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, que nas suas *Memórias* escreveu: “Eu conhecia já de Coimbra a José Bonifácio; era um homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de genio forte e emprehendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos”. *Memórias*, 1933, p. 65.

Afinal que homem foi este, que ficamos a conhecer certamente um pouco melhor, como estudante, como professor, como altíssimo funcionário régio, como miliciano, decidido e corajoso, como responsável pela manutenção e reestruturação das forças de ordem pública (na cidade do Porto)? Será possível caracterizá-lo, mesmo sumariamente, em termos humanos e sociais? Correndo o risco de repetir alguns traços daqueles que os seus estudiosos já vêm carregando para a elaboração do seu perfil psicológico e lembrando que a plenitude das suas espantosas qualidades e principais defeitos só se revelaram, em absoluto, ao longo da sua acção político-institucional no Brasil, onde desempenhou os mais altos cargos públicos, disfrutou das maiores honrarias e sofreu, conseqüentemente, afrontosas humilhações, arriscaremos algumas notas pessoais. Há aspectos que sempre nos impressionaram muito no seu carácter.

José Bonifácio passava de um extremo ao outro, na apreciação de pessoas e situações, com impressionante volubilidade. Era homem de convicções, de princípios morais intocáveis, mas, por isso mesmo, frontal, leal, às vezes a roçar a inconveniência. Tanto louvava e reverenciava, como, quase no imediato, criticava com veemência, usando, às vezes, a ironia mais descabelada e mordaz. Conhecem-se-lhe alguns juízos rigorosíssimos sobre pessoas que, durante décadas, lhe haviam merecido respeito e até muita estima, consideração e reverência. O caso paradigmático a citar não pode deixar de ser o da atitude para com o soberano que o nomeou para os mais altos cargos da administração pública portuguesa, D. João VI. Ao longo de décadas, sobretudo na sua correspondência, ele o reconheceu como benfeitor e, portanto, lhe tributou honras de súbdito, agradecido e fiel. Porém, quando, em 1825, teve conhecimento das cláusulas do tratado de reconhecimento da independência do Brasil, através das quais o monarca de Portugal avocava o título de imperador, embora cedendo-o a seu filho D. Pedro, o que constituía uma situação insólita, tanto mais que o império se comprometia a pagar à sua antiga metrópole uma pesada indemnização (2.000.000 de esterlinos), explodiu de raiva e estalou nele todo o verniz. Perdeu completamente o equilíbrio, esqueceu o passado e caiu na quase boçalidade, chamando a D. João VI, João Burro<sup>72</sup>. E, embora estigmatizado e azedo pelo exílio que suportava amargamente em Talence (Bordéus), voltou a ser duríssimo para com o rei de Portugal e para com seu filho, criticando a atribuição de tantos títulos de nobreza por parte de D. Pedro aos seus apaniguados e favoritos (de uma só vez 19 viscondes e 22 varões), explodindo de raiva: “*Nunca o João<sup>73</sup> pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder autocrático. Quem sonharia que a michela Domitila seria viscondessa da pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado*”. Por aqui se poderá ajuizar da violência de linguagem que caracterizou a sua vida pública, designadamente após o seu banimento político, a partir de 1823. Os seus inimigos (e estes contavam-se em grande número) temiam-no, procuravam desacreditá-lo e, por isso, mereceram-lhe epítetos dos mais violentos que a língua portuguesa conhece.

Contudo, pela sua acção multímoda, pela espantosa cultura humanística e científica, pela coerência dos seus princípios e, sobretudo, pelo seu desprendimento dos bens materiais e das benesses públicas, pelo sentido de Estado que sempre o norteou, transformou-se num “*colosso*”,

---

<sup>72</sup> “Que galanteria jocosa de conservar João Burro o título nominal de imperador”. SOUSA, 1988, p. 234.

<sup>73</sup> Isto é, D. João VI.

como reconheceu Aureliano Coutinho, um dos seus inimigos políticos, no momento em que o destituíram da tutoria dos príncipes. O tempo encarregar-se-ia de consagrar como uma das maiores figuras de sempre da comunidade luso-brasileira. De constituição física algo débil, com perturbações cardiovasculares que o apoquentaram na velhice, roubando-lhe a capacidade de trabalho de outrora, conseguiu ir recuperando alguns lugares de prestígio que perdera. Na maçonaria, por exemplo, voltou a ser grão-mestre do Grande Oriente do Brasil e presidiu a várias sociedades científicas até à morte, em Abril de 1838. De si próprio escreveu, à guisa de auto-retrato: “... eu não sou dogmático atrevido, nem académico desmarcado; amo a verdade e procuro-a deveras; em uma palavra, sou céptico e desejava... adquirir o estado de tranquilidade interna, fruto da nossa crassa ignorância”<sup>74</sup>. Ignorante é que não. Lera gregos e latinos no original, como Homero e Plínio (História Natural), Dante, Shakespeare, Goethe, Schiller, além dos franceses, tornara-se um amante e excelente conhecedor de Camões e dos autores clássicos portugueses, sendo versado em línguas antigas e modernas<sup>75</sup>. Reuniu uma biblioteca que chegou a contar cerca de seis mil volumes e em cujo âmbito cabia quase tudo o que um homem culto podia abarcar.

Um último aspecto da personalidade de Bonifácio é impossível omitir: a sua dedicação à casa de Bragança a qual para ele representava, no Brasil, a legitimidade política e servia de elo de aglutinação de todas as parcelas do território nacional. Quando, durante a Regência, se extremaram os campos políticos, ele e seus irmãos optaram pelo grupo restaurador, ou caramuru, que ainda vislumbrava, como possível, o regresso de D. Pedro. Nessa perspectiva, entenderemos as relações, tantas vezes tensas, mas sempre tolerantes para com o jovem imperador, ao longo dos anos. Bonifácio foi o seu braço direito no período crucial da afirmação da independência, a ponto de o imperador o visitar rotineiramente em sua casa do centro da cidade, a cuja porta acabrestava o seu cavalo ostensivamente. Discordaram muitas vezes, brigaram em questões políticas de fundo, mas mantiveram sempre uma incontida proximidade, lealdade e amizade indestrutíveis. Bonifácio sempre atribui alguns dos exageros imperiais à juventude do monarca e aos maus conselhos e pérfidos exemplos dos validos. Por isso os perdoava. A cumplicidade entre essas duas figuras chave da independência documenta-se através de alguns episódios significativos, cujos efeitos perduraram até às respectivas mortes.

D. Pedro olhava para José Bonifácio como o seu mentor político-cultural, respeitando-o como uma figura impoluta, uma espécie de aio, de cuja direcção nunca pudera dispor durante a sua criação e educação brasileiras, a que tantas vezes se referiu. Tratava-o por meu José, meu amigo e assinava-se como seu amo, portanto dentro da maior familiaridade. Trocaram alguns documentos de grande alcance e humanidade de que não referirei senão alguns, poucos, aliás, mas sugestivos. Em 3 de Março de 1822 D. Pedro dirigiu-se-lhe: “*Chorando escrevo esta a dizer-lhe que venha à manham aqui ao despacho às horas do costume, porque eu lá não posso hir visto o meu Querido filho [D. João Carlos] estar exalando o ultimo suspiro e assim não durará huma hora. Nunca tive e Deus permita que não tenha outra ocasião igual a esta como foi o dar-lhe o ultimo beijo*”

<sup>74</sup> Idem, p. 269.

<sup>75</sup> “... não falo mas entendo 11 línguas, das quais só falo seis”. PEREIRA, 1974, p. 208.

e deitar-lhe a derradeira benção Paterna. Calcule pelo amor que tem à sua família e ao meu filho qual será a dor que transpassa o coração deste seu amo e amigo. Pedro”<sup>76</sup>. O príncipe morreu de facto e o pai escreveu para o seu túmulo um epitáfio. Mandou o texto a José Bonifácio, pedindo-lhe que o lesse e corrigisse como entendesse, o que, na verdade, sucedeu. Em 18 do mês anterior, a carta que lhe havia dirigido desmente aquela afirmação, tantas vezes repetida, de que D. Pedro era arrogante, autocrático, insensível aos bons conselhos. Ei-la: “*Recebi a sua carta e n’ella judiciosas reflexoens as quais eu aprovo muito e agradeço; e digo que se todos os Príncipes que quizessem obrar precipitadamente (assim como pello Diabo eu hia fazendo) tivessem hum amigo, como eu me prezo de ter, elles nunca se deslustrarião e a sua gloria seria multiplicada todos os dias; graças a Deus que tal me concedeu.*”

Logo quando passar por sua caza, entrarei para lhe agradecer a franqueza que tem com este seu amo que cada dia he mais seu amigo. Pedro”<sup>77</sup>. Nove anos volvidos e depois de muitos choques políticos que, a partir de 1823, compeliram o velho Andrada ao exílio, mas já após o seu regresso ao Rio, na sequência da abdicação de D. Pedro à coroa imperial, em 7 de Abril de 1831, outro documento do ainda imperador, é taxativo: “*Hei por bem... nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, Tutor dos meus amados e prezados filhos ao muito “Probo, Honrado e Patriótico Cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro Amigo”*”<sup>78</sup>. Mais eloquente prova do que esta da admiração e confiança em José Bonifácio é impensável. D. Pedro entrega-lhe nos braços o filho herdeiro, com 5 anos e as irmãs, para que a todos eduque e instrua convenientemente. E o amigo, posto ao corrente da situação, logo no dia seguinte responde: “*Senhor. A carta de V. Mag.<sup>e</sup> veio servir de hum pequeno lenitivo ao meu afflicto coração; pois vejo que apezar de tudo V. Mag.<sup>e</sup> ainda confia na minha honra e pequenos talentos para cuidar da tutoria e educação de seu Augusto filho o Senhor D. Pedro 2º ... Confie V. Mag.<sup>e</sup> em mim, que nunca enganei a ninguém e nunca soube dezamar a quem huma vez amei... Iguaes votos [de felicidades] encaminha aos ceos o meu sincero coração pelo Soberano que foi da minha escolha e pelo meu amigo. Beija as mãos de V. Mag.<sup>e</sup> Jozê Bonifácio de Andrada e Silva”*”<sup>79</sup>.

Entre ambos nunca uma sã e sincera amizade faltou, mesmo nas circunstâncias mais dramáticas. Em carta do exílio, escrita a um dos seus sobrinhos, José Ricardo da Costa Aguiar Andrada, desembargador, antigo deputado às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Brasil, em 23 de Fevereiro de 1825, escreveu em P.S.: “*Rogo-lhe 2ª vez que mostre esta minha carta ao Imperador; pois nella nada ha que o possa offender; e só sim sinceridade e franqueza de hum homem bom e franco, a quem elle em melhores eras lisongeava com o titulo de seu amigo, titulo que nunca lho desmereci, embora digão patifes o contrário*”<sup>80</sup>. Em verdade, nunca se desmereceram um ao outro. D. Pedro reconheceu o erro tremendo em que incorrera ao permitir o seu exílio. Arrependeu-se.

Quando, em 1829, ele voltou ao Rio, procurou-o, conversaram, reataram essa velha amizade indelével. A prova mais cabal disso mesmo encontra-se nas cartas que o então duque de Bragança, após deixar definitivamente o Brasil, em Abril de 1831, passou a dirigir aos filhos.

<sup>76</sup> Arquivo do Palácio Imperial de Petrópolis.

<sup>77</sup> Idem

<sup>78</sup> Idem

<sup>79</sup> Idem

<sup>80</sup> Idem

De Paris, em 9 de Janeiro de 1831<sup>81</sup>, escreveu ao filho: “*Faze os meus cumprimentos à Regência e também aos Ministros, com muita especialidade ao muito honrado paulista que tem sabido conter os anarchistas e apoiar os homens de bem*”, embora se queixe que não recebeu qualquer carta de José Bonifácio. Porém, o nome deste está presente em todas as missivas que da cidade cercada do Porto, em 1832 e 1833, continuou a enviar aos filhos. Solicita-lhes obediência ao tutor, manda a este abraços e felicitações pelos êxitos alcançados (carta de 4 de Novembro de 1832) e ainda nesse mês (a 24) elogia o tutor perante os filhos, lamentando a sua idade avançada, mas confiando nele como se presente estivesse. Nas cartas seguintes, refere-se sempre a José Bonifácio como “*o vosso bom tutor*”, o “*meu amigo*”, culminando na de 3 de Julho de 1833, ainda no Porto, na qual, ao referir-se a José Bonifácio envia agradecimentos ao “*nosso velho amigo*”. Ora isto é tanto mais significativo quanto D. Pedro trata todos os demais palacianos por criados, incluindo a aia<sup>82</sup> dos filhos.

Contudo, a referência mais explícita a José Bonifácio por parte do ex-imperador está contida na carta de 11 de Março de 1833, também dirigida ao filho, na qual escreveu: “*Tu farás os meus cumprimentos ao meu amigo José Bonifácio e teu tutor ao qual tenho escripto diferentes vezes e do qual ainda não tive resposta alguma e lhe dirás que eu não julgo que esta falta provenha d'elle, mas sim das circumstancias delicadas e criticas em que desgraçadamente se tem achado e que o forçãõ, por teu bem, a obrar contra o que dezejará: as recomendaçoens que nas tuas cartas elle me manda cauzarão-me grande prazer; meus olhos se arrazarão de lagrimas ao lêl-as e ao mesmo tempo dei parabens a mim mesmo por ver que o meu amigo ja não teme tanto fazer-me constar que existe; o que tambem me faz conhecer que a grande tempestade começa a desvanecer-se e que começa a fazer justiça àquelle que espozando a causa justa do Brasil, jamais pensou outra coisa que engrandecel'õ*”<sup>83</sup>. Que elogio maior e mais sentido do que este seria possível fazer à personalidade do velho Andrada, provindo da sensibilidade de quem com ele privou como ninguém?

Frequentemente se afirma que D. Pedro jamais manteve uma amizade duradoura com qualquer dos seus ministros ou conselheiros íntimos, ressalvando-se sempre, como excepções, os casos do Chalaça e de Rocha Pinto, aliás muito discutíveis. O imperador e Bonifácio conheceram-se, muito provavelmente, através das recomendações de um amigo comum, o Dr. José Monteiro da Rocha, antigo universitário de Coimbra do tempo do ilustre santista e também mestre de D. Pedro, muito apreciado por este. A figura do antigo director perpétuo da faculdade de matemática aproximou-os. O duque de Bragança, quando abdicou da coroa imperial, percebeu quanta preparação humanística, técnica, política e cultural faltou à sua própria educação, em tempo oportuno. Para seu filho e sucessor augurava outra formação, abrangente e avançada. A única pessoa que conhecia e que era capaz de transmitir a um jovem essas características, acrescidas do amor à liberdade, à constituição e ao Brasil, era José Bonifácio, a cuja tutoria não hesitou em entregar os filhos. Na velha universidade de Coimbra ele cultivou a inteligência e temperou o carácter, como sugerimos.

---

<sup>81</sup> A carta exhibe a data do ano de 1831. Não é possível, pois nesse ano e mês ainda ele estava no Brasil. Deve ter sido um lapso. Só pode ter sido escrita em 1832.

<sup>82</sup> D.<sup>a</sup> Maria Carlota de Verna Magalhães Coutinho.

<sup>83</sup> Arquivo do Palácio Imperial de Petrópolis

Esta evocação dos seus tempos de estudante e de docente entreabriram-nos um pouco mais as portas para o recolocarmos melhor na sua verdadeira dimensão humana, científica, política e institucional. O convívio espiritual com os grandes homens enriquece-nos sempre, uma vez que a memória do passado colectivo constitui a base da nossa própria identidade, no caso vertente, da luso-brasileira.

## Fontes

### I – Manuscritas

- Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (A.N.T.T.)  
 - Livros da Intendência Geral da Polícia
- Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.)  
 José Bonifácio de Andrada e Silva  
 - Faculdade de Filosofia. Caixa 326
- Invasões Francesas IV-1ª E – 4 – 2  
 - Livro 1 dos Actos Grandes e Graos de Doutor da Faculdade de Filosofia, de 1780-1801  
 - Livro dos Juramentos, 1772-1812  
 - Livro Mestre do Registo do Corpo Militar de Lentes Opositores, Doutores e Professores Voluntarios Academicos  
 - Ordens do Dia, Avizos e Cartas relativas ao Corpo Académico, Livro n.º6  
 - Rellação dos Academicos e Agregados que servirão no Corpo Academico Militar  
 - SILVA, Ovidio Saraiva de Carvalho e, *Narração das Marchas e Feitos do Corpo Militar Académico Desde 31 de Março, Em que Sabio de Coimbra, Até 12 de Maio, Sua Entrada no Porto*. Coimbra, 1809
- Arquivo Histórico Militar (A.H.M.)  
 - Processo relativo a José Bonifácio de Andrada e Silva
- Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis)  
 - Processo de José Bonifácio de Andrada e Silva
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
 - Colecção relativa a José Bonifácio de Andrada e Silva

### II – Bibliografia sumária

- ARTHUR, Ribeiro, *A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão*. Lisboa, 1902
- BANHA, Tenente Teotónio, *A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão*. Introd. de António Ventura. Lisboa, 2007
- BARREIROS, Fernando, *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico (1808-1811)*, Lisboa, 1918
- CALMON, Pedro, *O Rei Cavaleiro. A vida de D. Pedro I*. São Paulo, 1933
- CAVALCANTE, Berenice, “D. Pedro I e José Bonifácio sob o império da amizade”, *Anais*, Museu Histórico Nacional, 1998, vol. 30
- COSTA, Pedro Pereira da Silva, *José Bonifácio*. São Paulo, 1974
- LEOPOLDINA, Dona, *Cartas de uma Imperatriz*. Rio de Janeiro, 2006
- LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I*. São Paulo, 2006
- Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, A.U.C., 2002
- Memorias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, vol. II, pp. 277-293*



- MORATO, Francisco Manoel Trigoso Aragão, *Memórias*. Coimbra, 1933
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz da, *Potrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Les années de formation. 1755-1796*. Lisbonne-Paris, 2002. I *L'Homme d'État* 1796-1812. II. Paris, 2006
- SILVA, Jose Bonifacio de Andrada e, *Projectos para o Brasil*. São Paulo, 1998
- SOUSA, Octavio Tarquinio de, *José Bonifácio*. Belo Horizonte, São Paulo, 1988
- TAUNAY, Affonso de, *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. São Paulo, 1922
- VAINFAS (R.) e NEVES (L.) org., *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro, Objectiva, 2008.